



**Alice Maria  
Tomás Afonso**

**Trabalho Doméstico no Jornal “*Voz das Criadas*”**





**Alice Maria  
Tomás Afonso**

**Trabalho Doméstico no Jornal “*Voz das Criadas*”**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.



À minha família que me apoia de forma incondicional.



## **o júri**

|            |  |
|------------|--|
| Presidente | Professor Doutor Paulo Alexandre Cardoso Pereira, Professor auxiliar da Universidade de Aveiro |
|------------|--|

## **Vogais**

|          |  |
|----------|--|
| Arguente | Professor Doutor Moisés Adão Lemos Martins, Professor Catedrático da Universidade do Minho |
|----------|--|

|             |  |
|-------------|--|
| Orientadora | Professora Doutora Maria Manuel Teixeira Baptista, Professora auxiliar da Universidade de Aveiro |
|-------------|--|





## **agradecimentos**

Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Manuel Baptista toda a dedicação e apoio que me prestou, ao longo deste trabalho.



**palavras-chave**

Criadas, década de quarenta, jornal, Estado Novo, trabalho doméstico

**resumo**

Este estudo procura compreender o trabalho doméstico em Portugal, através da análise do jornal “Voz das Criadas”, e a situação social das empregadas domésticas, durante a década de 40 do século XX; averiguar a influência da Igreja Católica na forma de atuação das criadas e relacionar o lugar por elas ocupado com a conceção da mulher *dona-de-casa*, vigente durante o Estado Novo.

Por último procurar-se-á verificar se as criadas tinham voz neste jornal e em caso afirmativo que voz era essa.



**keywords**

housemaids, 40s, newspaper, Estado Novo, domestic work

**Abstract**

This study seeks to understand domestic work and the image of Portuguese housemaids during the 40s, asserting the influence of the Catholic Church in its construction, and linking the place they occupied with the concept of women as housewives during Estado Novo by analyzing the newspaper “Voz das Criadas”.

Lastly, we will try to discover if housemaids had indeed a voice and, if so, which voice was that.



*“Servia, havia vinte anos. Como ela dizia, mudava de anos mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifos, a levantar-se de madrugada, a comer restos, a vestir trapos velhos, a sofrer repelões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfalfar-se quando voltava à saúde!”*

(Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p.76)





## ÍNDICE

|   |     |
|---|-----|
| Introdução  | 3   |
| 1. O ideal de mulher no Estado Novo                                 | 7   |
| 1.1. A mulher e a nação   | 8   |
| 1.2. A mulher e a educação  | 9   |
| 1.3. A mulher e a família   | 11  |
| 1.4. A mulher e o trabalho  | 13  |
| 1.5. A mulher e Deus  | 15  |
| 2. Na mesma face do ideal   | 19  |
| 3. Origem e situação social das criadas                             | 25  |
| 4. O Jornal: Apresentação gráfica, estrutura e organização temática | 31  |
| 4.1. A Obra de Previdência e Formação das Criadas (O.P.F.C.)        | 36  |
| 4.1.1. O fundador da O.P.F.C.                                       | 37  |
| 5. Do meio rural ao meio urbano                                     | 39  |
| 6. A formação profissional das criadas                              | 49  |
| 6.1. As reuniões de “Piedade” e “Formação”                          | 54  |
| 6.2. As Escolas Domésticas da O.P.F.C.                              | 57  |
| 7. Direitos, deveres, tarefas e responsabilidades                   | 61  |
| 7.1. Condições laborais   | 62  |
| 7.2. Apoio Social   | 69  |
| 8. Relações profissionais   | 77  |
| 9. Relações pessoais  | 83  |
| 9.1. Namoro e casamento   | 84  |
| 9.1.1. O vestuário  | 88  |
| 9.1.2. Divertimentos  | 92  |
| 10. Considerações finais  | 99  |
| Bibliografia  | 103 |
| Anexos  |     |



## **INTRODUÇÃO**

### **A problemática: objeto e âmbito de estudo**

Simone de Beauvoir afirmou: “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autónomo” (2009, p.15). Esta falta de autonomia excluiu as mulheres da história da humanidade por não as considerar um indivíduo.

Numa sociedade patriarcal, como a nossa, os estudos sobre as mulheres revelam-se atuais, pertinentes e necessários para que possam ter voz aquelas que historicamente sempre foram “apagadas” ou relegadas para segundo plano, e que hoje se pretende que partilhem o mundo de forma democrática e igualitária, dando às mulheres um lugar de sujeito numa História que é comum a ambos os sexos.

As tarefas domésticas têm sido tradicionalmente executadas por mulheres, e por serem consideradas parte integrante do papel de esposa e dona de casa, tornaram-se inerentes à condição feminina. Paralelamente, e como se desenvolvem na esfera privada, são comumente vistas como um trabalho inferior.

Os homens, nas sociedades patriarcais europeias, têm participado poucas vezes no trabalho do lar. Este facto torna-se mais notório quando se fala de trabalho doméstico remunerado. Este é esmagadoramente enunciado no feminino: criadas de servir, amas, empregadas domésticas, mulheres-a-dias.

Por tudo o exposto, as empregadas domésticas são remetidas à invisibilidade social e histórica, de forma ainda mais notória, tornando-se pertinente estudar a sua trajetória nas transformações sociais, económicas e políticas, procurando contribuir para que se defina a sua alteridade e se complete uma história geral, que tem sido parcial porque as exclui. Estudar a vida destas mulheres significa apresentar novos factos e perspetivas para compreender o mundo.

Assim, esta dissertação aborda o trabalho doméstico e visa conhecer o estatuto das mulheres que o exerceram, durante a década de 40 do século XX em Portugal, na vigência do Estado Novo. Pretendemos estudar mais especificamente aquelas que exerciam a profissão de “criadas de servir”, nos

termos em que essa profissão é apresentada pelo jornal *Voz das Criadas*.

É nosso objetivo efetuar a análise do estatuto profissional e social das criadas de servir, bem como da importância do género no desempenho dessa profissão, os normativos morais e padrões de comportamento inerentes a essa função.

Por necessidade de delimitar o âmbito do nosso trabalho, escolhemos o intervalo de tempo que se situa na década de quarenta, do Séc. XX, por este coincidir com o período de implantação do Estado Novo. Durante esta época, assistimos à inserção de medidas com vista a uma mudança política, económica, social e cultural que visavam consolidar e estabilizar o regime salazarista. Neste período, a Igreja assumiu-se como um instrumento fundamental de legitimação das medidas implementadas pelo Regime, na medida em que Estado e Igreja desenvolvem ações concertadas.

Assim, recorreremos ao jornal já referido como instrumento privilegiado, uma vez que este era exclusivamente direcionado à classe profissional das criadas e simultaneamente estava sob a alçada de uma instituição católica, facto que se nos afigurou relevante para o presente estudo, que incidirá sobre as publicações do número 100 ao 200 e abrange, sensivelmente, a referida amplitude temporal.

Recorreremos ainda a alguns estudos efetuados acerca desta temática, embora sejam raros, bem como a outra bibliografia que se julgue pertinente para o estudo em curso.

Procurar-se-á responder, em primeiro lugar, a algumas questões sobre a profissão das “criadas de servir”; quais as funções desempenhadas e as tarefas que lhes eram destinadas, como se fazia a sua formação profissional, quais os horários de trabalho praticados e como se processavam as relações entre estas e os patrões.

Em segundo lugar, tentaremos compreender como era a sua vida privada na sua articulação com o espaço público, que normativos morais e padrões de comportamento as norteavam, como eram as relações com outras mulheres e com o sexo oposto, como eram vistas socialmente e que tipo de representações das empregadas domésticas eram veiculadas pelo discurso do jornal.

Por último, procuraremos averiguar se as criadas tinham voz no jornal e em caso afirmativo que voz era essa.



## 1. O IDEAL DE MULHER NO ESTADO NOVO

Desde os tempos mais remotos que existiram ocupações masculinas e ocupações femininas. Com o evoluir das sociedades, as ocupações dos homens passaram a ser valorizadas em detrimento daquelas que eram realizadas por mulheres: “A mulher sempre foi senão a escrava do homem, pelo menos a sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições” (Beauvoir, 2009, p.21)

Ao longo dos tempos, foi veiculada a ideia, “naturalista”, de que as mulheres devem ter uma ocupação compatível com a sua condição de mães e os homens devem prover o sustento da casa.

Este estereótipo, que chegou a apoiar-se em conceções pseudo científicas, surge de um modo mais vincado a partir da segunda metade do século XIX, tornando-se lugar-comum na arte e na literatura (basta pensarmos em Eça e nas características inicialmente apresentadas por Luísa no romance “*O Primo Bazílio*”<sup>1</sup>).

Este princípio ganha particular expressão no Estado Novo, durante o qual para se manter a ordem da sociedade, se atribuem distintos papéis baseados na classe social ou no sexo: “A cada um o seu lugar” (Zorro, 1996, p.28).

A ideologia salazarista destaca a célula familiar como base da nação: “... o núcleo primário orgânico do Estado Novo Corporativo...” (Pimentel, 1999, p.63), relegando para um plano secundário o indivíduo. Homens e mulheres são apenas parte da engrenagem familiar.

O ideal de mulher portuguesa e a representação do feminino, embora com raízes históricas profundas, surge assim reforçado pela conjuntura vigente.

---

<sup>1</sup> “Mas Luíza, a Luízinha, saiu muito boa dona de casa: tinha cuidados muito simpáticos nos seus arranjos; era asseada, alegre como um passarinho, como um passarinho amiga do ninho (...) e aquele serzinho louro e meigo veio dar à sua casa um encanto sério.

- É um anjinho cheio de dignidade!” (Queiroz, 1950, p.14)

A forma como se processa a elaboração da imagem da mulher e dos atributos vistos como femininos, é fortemente influenciada pelos ideais políticos, ideológicos e sociais do regime salazarista.

Cinco grandes temas se entrecruzam permanentemente, na construção da imagem de mulher ideal: nação, educação, família, trabalho e Deus.

### **1.1. A mulher e a nação**

O pendor nacionalista, que caracterizou o Estado Novo, baseado no argumento étnico, justifica a organização da família, enquanto instituição, historicamente legitimada pela sua existência secular.

Esta linha de discurso vem ao encontro da importância atribuída à continuação do aperfeiçoamento da raça portuguesa, é fundamentada na constituição e representa uma forma de afirmação da própria nação. A mulher apresenta-se, neste contexto, com o papel de continuadora da espécie, «mãe de Portugal do amanhã» (Pimentel, 2000, p.22), mas também como transmissora do carácter, papéis para os quais se encontra talhada devido à sua estrutura biológica e sensibilidade natural.

Hélène Eck, escreve no seu artigo “Mulheres, imagens e representações”: “Tudo o que, material e psicologicamente, afasta as mulheres deste destino é contra-natura, imoral e fatal à pátria. Não existem más mães, existem apenas más mulheres que se recusam a ser mães. Esta recusa da maternidade não é, aliás, considerada como uma livre opção; é o resultado de uma evolução social desastrosa que desvia a feminilidade da sua razão de ser, ao propor-lhe apenas uma falsa imagem de si própria, ao atraí-la para dois extremos perniciosos e por vezes conjugados: a feminilidade renegada pela busca da igualdade com o sexo masculino (daí a ambição, o orgulho, o intelectualismo de algumas) e a feminilidade desviada pela obsessão da sedução (daí a futilidade, a coquetaria excessiva, a infidelidade) (Eck,1991, p.247). No reverso, encontra-se o homem investido da sua masculinidade e virilidade.



Mas, se visto deste ângulo, se afigura de enorme importância o papel da mulher, analisando a legislação publicada, verificamos precisamente o oposto. A esse propósito, Laura Lopes afirma que o princípio de igualdade constitucional reproduz um tratamento discriminatório da mulher, especialmente da mulher casada, justificado pelos fatores biológico e ideológico, «a natureza» e o «bem da família» respetivamente. (Lopes, 1977, p.16) Apoiando-se nestes fatores, apelidados de exceções, as mulheres são reduzidas a uma condição inferior, cabendo ao marido, enquanto chefe de família, representá-las. São assim remetidas para a domesticidade e reduzidas às funções do lar: “As reais diferenças entre homens e mulheres não eram consideradas hierarquicamente equivalentes e serviam de fundamento à recusa da igualdade entre géneros e à atribuição de esferas separadas de atuação em função do sexo, sendo o espaço feminino subalternizado relativamente ao masculino” (Pimentel, 1999, p. 65).

## **1.2. A mulher e a educação**

A mulher ideal deveria usufruir de uma educação integral, tripartida em: instrução ideológica, educação moral e educação física. Deveria ser saudável, atlética, inteligente, bela, elegante, natural, despretensiosa, simples, sincera, otimista, simpática e discreta. Em suma, possuir todas estas qualidades, mas remeter-se a uma quase invisibilidade: “ (...) a descrição ou o quase apagamento - atributos maiores de uma “verdadeira” senhora” (Santo, 2008, p.20).

O regime salazarista apontava, para atingir as qualidades referidas, diversos preceitos em relação ao vestuário e maquilhagem que deveriam ser o mais simples e modestos possíveis; os comportamentos pautar-se-iam pela integridade, obediência, modéstia e “pobreza honrada”.

À mulher caberia aperfeiçoar-se em todos os domínios e preparar-se para a sua função de dona de casa.

O seu percurso “natural” seria casar, ser boa esposa e boa dona de casa, gerar filhos saudáveis e ser boa mãe. Tudo o que se afastasse desta vocação

inata (de maternidade e matrimónio), era considerado um desvio aos olhos da sociedade, da Igreja e do Estado. Existia uma forte reprovação social perante as escolhas da homossexualidade e do celibato por serem consideradas desvios à condição feminina: “...acto antinatural, quer no homem como na mulher, mas nesta encarada como aberração mais notória...” (Guinote, 1993, p.294).

A educação, aprendida na família, contemplava o estudo do governo do lar, dos comportamentos sociais e a preparação do enxoval, estas preocupações estão mais arraigadas nas classes médias e altas. Mesmo que nunca chegassem a executar as tarefas domésticas, supridas pela(s) criada(s) de servir, aprendiam como executar os trabalhos para os poderem ensinar às serviçais e assim governarem de forma eficiente o seu lar.

Na educação formal, ministrada na escola e nacionalista por excelência, importa, essencialmente, transmitir a doutrinação ideológica: os conhecimentos que favoreçam os fundamentos do Estado e a Nação. Neste caso, tudo o que fosse útil ao papel que a mulher desempenharia enquanto esposa e mãe, uma vez que não era suposto trabalhar e exercer uma profissão que a valorizasse. Todos os mecanismos e práticas levavam a que essa necessidade não fosse sequer sentida pela maioria das raparigas (Santo, 2008, p.34). A este facto não será alheia a política do Estado: “(...) um aparelho de coação, naturalmente destinado a separar a vontade de cada indivíduo de maneiras próprias de fazer, de pensar e de ser (...)” (Ô, 1999, p.33)

A educação era apenas privilégio de alguns e servia, também ela, os propósitos do regime: “As futuras mães deviam ter um mínimo de alfabetização – mas não mais do que isso – para que as das classes mais baixas pudessem aceder às regras primárias de saúde e de puericultura e as das classes médias e altas adquirissem um mínimo de cultura geral e de consciência social que lhes permitissem acompanhar o estatuto do marido e praticar o serviço social.” (Pimentel, 1999, p.70)

Na década de 40, do Séc. XX em Portugal, nos meios rurais, as taxas de analfabetismo mantinham-se elevadas apesar de ter sido instituído o Ensino Primário Obrigatório e a taxa de analfabetismo ter reduzido, em relação à década

anterior 12,8%<sup>2</sup>, esta situava-se ainda nos 49%<sup>3</sup> e se considerarmos o critério sexo então teremos 41,2 de analfabetos para os homens e 51,6 para as mulheres<sup>4</sup>.

A escolarização terminava frequentemente com a terceira ou quarta classe. Raras eram as mulheres que iam para além deste patamar.

A política educativa definida pelo Estado reduzia assim as perspetivas de mobilidade social e acentuava o conformismo, mantendo a ordem social e a distribuição de papéis: “Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; na igreja, o chefe é o padre; na Nação, o chefe é o governo.” (Mónica, 1999, p.24, 25)

A par desta escolarização encontramos os discursos que realçam a humildade e a simplicidade. Coloca-se cada um no lugar que ocupa na ordem social, educando no respeito pelas hierarquias, sem criar pretensões a ascender socialmente. A adoção de um manual único, a criação da Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional ou o Secretariado de Propaganda Nacional, foram alguns dos mecanismos usados para atingir esse fim. A mulher escolariza-se, mas a interiorização das representações do feminino e masculino e os respetivos papéis conduzem-na à manutenção de uma conduta subalterna.

### **1.3. A mulher e a família**

Por razões ideológicas, como vimos anteriormente, pretende-se que a mulher ocupe um lugar de primordial importância na família, realizando-se exclusivamente no exercício do papel de esposa, mãe e educadora. A família só se completa com a chegada do primeiro filho. Assim, tal como acontece em diversas sociedades patriarcais, e em diferentes momentos históricos, coagem-

---

<sup>2</sup> VIII Recenseamento geral da população portuguesa no continente e nas ilhas adjacentes, 1945, p.25.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Ibidem.

-se as mulheres a atuar dentro dos princípios ideológicos pretendidos através de diversos dispositivos mais ou menos velados: “Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei e os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio.” (BEAUVOIR, 2009, p.107). Estes dispositivos foram de tal forma eficazes, durante o Estado Novo, que as mulheres que não podiam ser mães se consideram, elas próprias, como seres incompletos.

Dentro da família a mulher exerce múltiplas funções, gerindo toda a espécie de situações e conflitos, tendo a obrigação de relevar as falhas e defeitos, que são, “por natureza”, atribuídos ao sexo masculino.

A mulher é responsável pela manutenção da harmonia do lar. Tem inclusivamente a obrigação de ser paciente, em relação aos ciúmes do marido.

É ainda a zeladora do bem-estar do chefe de família, devendo prestar-lhe todos os merecidos cuidados. Laura Santos afirma que *o marido* quando chega a casa deve fazer o que lhe apetecer, pois conquistou esse direito pelo trabalho e esforço (Santos, 1958, p.107).

À mulher compete ser uma colaboradora na doutrinação do marido, devendo guiá-lo de forma a proteger a economia do lar. À mãe cabe o papel, crucial, de reprodutora e educadora.

O Estado corporativo definiu a família como sendo parte integrante da engrenagem que trabalha para um bem comum. Dentro dela destinou papéis diferentes para o homem e a mulher, criando uma hierarquia em tudo semelhante ao Estado: “(...) a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos filhos, não é inferior à do homem. (...) Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... - Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e útil” (Ferro, 1933, p.133).

É na estrutura familiar que se aprende, primeiramente, o respeito pela ordem instituída e por ela é justificada e legitimada.

É na família que se aprende a respeitar a hierarquia social e nela se justifica essa mesma ordem. Muel-Dreyfus considera que a ordem familiar é representada segundo uma hierarquia natural onde a criança encontra o primeiro modelo de todas as hierarquias e que esta funciona como metáfora da ordem política e social. Recorda ainda que as definições familistas da subordinação feminina têm como efeito político a submissão feminina natural e eterna, a qual justifica todos os outros tipos de submissão.<sup>5</sup> Esta conceção de família, desenvolveu-se durante o Séc. XIX com pensadores como José de Maistre e Bonald, que baseando-a na vontade divina, e no valor da ordem pretendem uma sociedade hierarquizada na qual a família, célula social indissolúvel, funcionará como base da sociedade: (...)” Assim, o marido governa, a mulher administra, os filhos obedecem.” (Beauvoir, 2009, p.195)

Esta organização hierárquica, durante a ditadura portuguesa, serviu, acima de tudo, para manter a coesão social segundo os desígnios do Estado Novo: “Em Portugal, o núcleo familiar era visto como uma estrutura estática, ocupando, desde há séculos, o mesmo lugar na pirâmide social. As profissões passavam de geração em geração, assim acontecendo até à eternidade.” (Mónica, 1999, p.24) Esta ordem era aceite sem contestação pela generalidade dos portugueses.

#### **1.4. A mulher e o trabalho**

O Estado Novo considera o trabalho como um valor fundamental, desvalorizando todos os que não trabalhavam (entre outros, os desempregados e pedintes), embora esse trabalho não pudesse ser acedido de forma livre e igualitária por ambos os sexos. Esta forma de desigualdade no acesso ao trabalho não é característica exclusiva do Regime Salazarista e remonta, segundo

---

<sup>5</sup> Muel-Dreyfus, 2004, p.53.

Engels, ao aparecimento da propriedade privada em que o homem senhor dos escravos e da terra se torna também proprietário da mulher, o trabalho do homem passa a ser tudo e o da mulher torna-se insignificante. (Engels, 1975, p. 214-215).

Como constatámos, na família distribuía-se o trabalho por género. Lagrave afirma que “Efectivamente, a ordem social funciona como um espécie de estação de selecção que distribui com regularidade, embora de modo imperfeito, homens e mulheres por esferas separadas de formação e de trabalho. A sua principal função é a de não organizar a concorrência entre os sexos e de eufemizar a violência da dominação masculina” (Lagrove, 1991, p.505).

À mulher cabia o governo da casa: “Os trabalhos domésticos a que está votada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade encerram-na na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica, que se perpetua sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo.” (BEAUVOIR, 2009, p.116).

Pretendia-se que as tarefas domésticas, apesar de repetitivas, se revestissem de enorme importância. Estas não se limitavam, nas classes mais altas, às lides domésticas: “...uma boa dona de casa dominava um vasto conjunto de conhecimentos teóricos e práticos, que iam muito para além das rotineiras tarefas domésticas, a ideia do «governo da casa» como uma atividade que exigia competência profissional, mas não remuneração...” (Santo, 2008, p. 35).

Numa conjuntura de poupança nacional, a economia doméstica afigura-se de extrema importância. O lema é manter-se dentro do orçamento e economizar. Quanto mais se economiza, melhor dona de casa se é.

Segundo este princípio a mulher é aconselhada a gastar menos do que tem, pagar a pronto, fazer as compras no mercado, poupar na confeção das refeições ou aproveitar as sobras de comida.

Este confinar da mulher ao lar, segundo o princípio da economia doméstica, não é exclusivo da ditadura salazarista. Na época clássica, os Gregos exigem das mulheres os mesmos comportamentos: “Tudo o que se exige da mulher em *Economia* é que seja uma dona de casa atenta, prudente, económica, trabalhadeira como a abelha, uma intendente modelar.” (Beauvoir, 2009, p.153)

Para o Estado Novo, o governo do lar faz-se da mesma forma que o governo da nação. Salazar chega mesmo a identificar-se e a ser identificado com as donas de casa.

A mulher aparece, depois de todos os deveres e afazeres, como a última prioridade da casa: “E ei-lo, sozinho, em frente da crise, desprezando a sua grande cultura financeira, armando-se temporariamente com as quatro operações aritméticas: somar, diminuir, multiplicar e dividir...

O primeiro movimento foi a incredulidade perante esse critério simples de boa dona de casa” (Ferro, 1933, p. 5).

A família, tal como o Estado, organiza-se e funciona de forma corporativa, submetendo-se a vontade individual ao bem coletivo, havendo hierarquias bem definidas. Assim, como sugerem diversos autores, o corporativismo português foi um corporativismo do Estado, um Estado que controla toda a sociedade e economia criando mecanismos para concretizar esse controlo.

Na família reproduz-se esse modelo, tudo e todos são controlados até ao mais ínfimo pormenor, desde os comportamentos ao vestuário ou à alimentação.

Às mulheres cabe ainda a prática da caridade, único ato consensual, para a Igreja e o Estado, praticado fora do lar, prática esta que substituíu a ação social, da qual o estado se demitia: “A participação das mulheres na vida pública pela ação social e pelo militantismo associativo, principalmente o cristão, é de há muito reconhecida e aceite como prolongamento e aprofundamento da sua missão no lar.” (Eck, 1991, p. 252)

### **1.5. A mulher e Deus**

O nacionalismo português procurou ir ao encontro dos ideais cristãos, que se encontravam fragilizados no século XIX, ao estabelecer a ligação entre a dignidade espiritual, limpeza corporal e conduta moral e sexual. Esta consonância de discurso veio dar à Igreja, tão atacada durante a Primeira República, um novo alento e encontrou terreno fértil junto das camadas populares. Referindo-se à

Europa, Arendt afirma que a igreja católica deveu a sua popularidade ao ceticismo disseminado entre o povo que via na República e na Democracia a falta da ordem, da segurança e da consciência política, afigurando-se o sistema hierárquico a única forma de evitar o caos.<sup>6</sup>

Por outro lado, a Igreja vem oferecer ao Estado mais controlo através da sua moral: “Estes sistemas de vigilância e sujeição constituem (...) a fase derradeira da introdução e da difusão de uma moralidade de origem religiosa (católica) num sistema jurídico que ignorava por definição a moral e aspirava a romper os laços com a religião.” (Martins, 1990, p.61). Esta cooperação ficou bem explícita com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário em 1940. O Estado Novo, embora formalmente separado da Igreja, recorre a ela para levar a cabo os seus intuitos: “(...) uma convivência da Igreja com um Estado aconfessional e laico, mas que aproveitava o fenómeno religioso como elemento estabilizador da sociedade.” (Cruz, 1999, p.16).

Rezola considera mesmo que a igreja funcionou como instrumento de incorporação ideológica das massas no regime, contribuindo para a ascensão e consolidação de Salazar e do Estado Novo” (1999, p.53).

A justificação da família é-nos também dada pela religião, forma-se pelo casamento cristão e mantém-se indissolúvel até à morte.

A estreita ligação entre o Estado e a Igreja Católica potenciam a forma de idealizar a mulher. Desde os primórdios concebida pelas sociedades patriarcais com estatuto inferior: “Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição da mulher era desejada no céu e proveitosa na terra” (Beauvoir, 2009, p.23). O seu trabalho fora do lar é a fonte de todo o mal: “...a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais face à educação dos filhos” (Lagrange, 1991, p. 508)

As premissas da Igreja católica convergem com a política adotada pelo Estado. Levam a que se valorizem os comportamentos como o casamento religioso para constituição da célula familiar, por ser ética, moral e socialmente correto. Os comportamentos que se desviassem deste padrão colocariam em risco o futuro da nação e a sua identidade.

---

<sup>6</sup> Arendt, 1978, p.158



Assim, “o aparelho disciplinar moral estabelece-se diante do corpo doente da nação e ataca a sua degenerescência com a normatividade da virtude da família, do sacrifício da santidade, da autoridade e da missão, enfim, com a normatividade do trabalho” (Martins,1990, p.90). Tanto a Constituição de 1933 como a Concordata com a Igreja, afiguram-se como poderosos instrumentos para a imposição de uma ideologia que reforça a mensagem de submissão, dependência e conformismo. Em ambas, ao núcleo familiar é dada a missão de procurar a perfeição, ilustrada pelo exemplo da Sagrada Família: Maria, José e Jesus.



## 2. Na mesma face do ideal

Tal como foi exposto, a ideologia do Estado Novo pretendia confinar as mulheres à domesticidade, em detrimento do trabalho fora de casa, por este constituir um ato de degeneração em relação à função da mulher, e reduzir a sua ação na esfera pública à ação social.

Porém, ao lançarmos um olhar sobre o mercado de trabalho feminino em Portugal na década de quarenta, prontamente encontramos indicadores de que nem todas as mulheres se encontravam reduzidas à esfera doméstica, muitas delas estavam inseridas no mundo laboral e o Estado Novo não conseguiu travar o trabalho que elas continuaram a exercer.

As mulheres solteiras e viúvas constituíam exceções, ficavam à margem do ideal da mulher dona de casa. Salazar afirma na entrevista concedida a Ferro essa exceção: “(...) à mulher solteira que vive sem família, ou tendo de sustentar a família, acho que devem ser dadas todas as facilidades legais para prover ao seu sustento e ao sustento dos seus” (Ferro, 1933, p.133). Estas mulheres podiam trabalhar fora de casa, com o aval do Estado, gerir os seus bens e até possuíam o direito de voto e elegibilidade (estes direitos, de voto e elegibilidade, foram concedidos pelo Estado Novo, em 1931, às mulheres, mas limitavam-se apenas àquelas que tinham o curso do ensino secundário ou que eram chefes de família<sup>7</sup>).

Também as mulheres do campo, para além do trabalho doméstico, se dedicaram, desde sempre, ao trabalho rural, artesanato e serviços de limpeza, para ajudar a economia familiar, tal como refere Sohn a mulher desempenha sempre, no campo, o papel de trabalhador polivalente<sup>8</sup>. Embora algumas deixassem temporariamente o trabalho do campo quando nasciam os filhos ou enquanto estes eram pequenos, outras executavam esse trabalho a tempo parcial, recorrendo frequentemente às avós, às filhas mais velhas ou mesmo às

---

<sup>7</sup> lei nº 19.694 de 5 de Maio.

<sup>8</sup> Sohn, 1991, p.120.

vizinhas que lhe prestavam auxílio no cuidado das crianças. Muitas havia, para cujo sustento do lar, o vencimento do chefe de família, se revelava insuficiente.

Referindo-se aos assalariados e camponeses pobres do Alto Douro, Alentejo e Algarve, Fernando Rosas afirma: “-Em nenhum caso o salário isolado do “chefe de família” assegurava a subsistência do agregado, mesmo em termos exclusivamente alimentares, e de uma alimentação, como veremos, muito insuficiente e desequilibrada. Para cobrir as despesas básicas – com a comida, o vestuário e a habitação- era necessário o trabalho de todos os membros da família durante a maioria dos meses do ano e desde tenra idade: na parcela de terra própria, se havia; à jorna (nas terras dos outros, na fábrica, no que houvesse...); as raparigas a “servir” na casa dos ricos, sem contar com o artesanato doméstico ou os serviços “para fora”, (lavar roupa, por exemplo), muitas vezes indispensáveis” (ROSAS, 1994, p.54 e 55)

Muitas mulheres completavam o orçamento doméstico recorrendo ao trabalho extra. Em 1940, a mão-de-obra feminina portuguesa apresentava-se já uma realidade, representando no setor do emprego 18,8%,<sup>9</sup> em 1940. O trabalho da mulher fora de casa, embora numa escala inferior ao sexo oposto, apresentava uma tendência crescente em toda a Europa. “No entanto, o trabalho mantém-se na Europa largamente masculino; o número de homens ativos é o dobro, ou mesmo o triplo do das mulheres.” (Lagrange,1991,p. 510)

Por outro lado, desde sempre, ocupações como professoras primárias, enfermeiras, costureiras e criadas desempenharam funções aceites de forma consensual.

Podemos então afirmar que as mulheres trabalhavam em função das suas necessidades, principalmente nas classes mais baixas, não tendo grande relevância a política levada a cabo pelo Estado: “Indiferentes à propaganda familista, então no seu paroxismo, as mulheres geriam a sua vida profissional e privada unicamente em função das suas aspirações, salvo na média e na grande burguesia.” (Sohn, 1999, p120)

É neste contexto que surgem as criadas de servir. Oriundas das pequenas aldeias onde encontravam dificuldades diversas, desde o árduo trabalho no

---

<sup>9</sup> (Gonzalez, 1999, p. 454)

campo à própria sobrevivência, migram para as cidades à procura de melhores condições de vida.

Embora a Lei atribuísse à mulher casada a tarefa específica do governo do lar, o que representava a imposição dos trabalhos domésticos como obrigação, nas classes altas esse trabalho era delegado nas criadas de servir, e supervisionado pela dona de casa.



### 3. Origem e situação social das “criadas de servir”

A população existente em Portugal continental era, segundo os censos de 1940 de 7.185.143 habitantes<sup>10</sup>, considerando-se nos mesmos censos que a população ativa (conjunto de pessoas maiores de 10 anos que exerciam uma atividade, ou tinham uma condição, suscetível de proveito económico imediato) contava com 5.209.720<sup>11</sup>, este número tão elevado deve-se ao facto de se incluírem nesta categoria as mulheres que se ocupavam do trabalho doméstico (donas de casa).

A economia na década de quarenta assentava essencialmente na agricultura, como pode verificar-se através da leitura do quadro de profissões seguinte, reportando-se ao número de varões e fêmeas (VF), ou varões (V) ou fêmeas (F)<sup>12</sup>:

| Profissões                                       | VF                |             | V                 |             | F                 |             |
|--|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
|  | Números absolutos | Porcentagem | Números absolutos | Porcentagem | Números absolutos | Porcentagem |
| <b>Total . . .</b>                               | <b>2.920.235</b>  | <b>100</b>  | <b>2.270.082</b>  | <b>100</b>  | <b>650.153</b>    | <b>100</b>  |
| Trabalhadores agrícolas não discriminados . . .  | 911.560           | 31,2        | 750.156           | 33          | 161.404           | 24,8        |
| Agricultores . . . . .                           | 453.791           | 15,5        | 398.271           | 17,5        | 55.520            | 8,5         |
| Agricultores patrões . . .                       | 240.796           | 8,2         | 212.818           | 9,4         | 27.978            | 4,3         |
| Agricultores isolados . .                        | 212.995           | 7,3         | 185.453           | 8,1         | 27.542            | 4,2         |
| Criados . . . . .                                | 225.664           | 7,7         | 37.692            | 1,7         | 187.972           | 28,9        |
| Comerciantes . . . . .                           | 64.389            | 2,2         | 56.510            | 2,5         | 7.879             | 1,2         |
| Pedreiros . . . . .                              | 54.954            | 1,9         | 54.954            | 2,4         | ..                | ..          |
| Operários e trabalhadores não especializados . . | 50.485            | 1,7         | 45.317            | 2           | 5.168             | 0,8         |
| Carpinteiros . . . . .                           | 45.060            | 1,6         | 45.060            | 2           | ..                | ..          |
| Caixeiros de balcão . . .                        | 44.717            | 1,6         | 41.578            | 1,8         | 3.139             | 0,5         |
| Costureiras não discriminadas . . . . .          | 44.403            | 1,5         | ..                | ..          | 44.403            | 6,8         |
| Oficiais de sapataria . . .                      | 44.535            | 1,5         | 44.535            | 2           | ..                | ..          |
| Pastores e guardadores de gado . . . . .         | 37.999            | 1,3         | 35.639            | 1,6         | 2.360             | 0,4         |
| Serralheiros civis . . . .                       | 29.052            | 1           | 29.052            | 1,3         | ..                | ..          |
| Tecelões . . . . .                               | 28.063            | 1           | 9.420             | 0,4         | 18.643            | 2,9         |
| Empregados de escritório                         | 27.989            | 1           | 25.390            | 1,1         | 2.599             | 0,4         |
| Vendedores e compradores ambulantes . . .        | 23.362            | 0,8         | 10.583            | 0,5         | 12.779            | 2           |
| Pescadores . . . . .                             | 21.875            | 0,7         | 21.875            | 1           | ..                | ..          |
| Profissões ignoradas . . .                       | 70.890            | 2,4         | 61.955            | 2,7         | 8.935             | 1,4         |
| Profissões mal definidas .                       | 40.489            | 1,4         | 35.280            | 1,5         | 5.209             | 0,8         |
| Outras profissões . . . .                        | 700.958           | 24          | 566.815           | 25          | 134.143           | 20,6        |

<sup>10</sup> VIII Recenseamento geral da população portuguesa no continente e nas ilhas adjacentes;

Lisboa; 1945; p.19

<sup>11</sup> Idem, p.27

<sup>12</sup> Ibidem, p.33

Como podemos constatar através da leitura do quadro anterior, 62,2% trabalhava em profissões ligadas diretamente à agricultura. De salientar que a profissão mais relevante, para além das que se encontravam relacionadas com a agricultura, era a dos criados que contava 225.664 indivíduos; sendo que 37.092 eram homens e 187.972 eram mulheres. No caso dos homens representa apenas 1,7% da população ativa, as mulheres contavam 28,9%, podendo aferir-se quer a relevância desta ocupação por comparação com o número da população ativa, quer por contraste com a percentagem representada pelo sexo masculino, o carácter eminentemente feminino desta profissão. Sublinhe-se, no entanto, que os trabalhos domésticos sempre tiveram um estatuto de menoridade<sup>13</sup>, infere-se ainda, em última análise, a subordinação feminina em relação ao género masculino.

Na primeira página do jornal: “*A Voz das Criadas*” referente ao número 124, correspondente ao mês de maio de 1944, podemos ler as seguintes cifras referentes às criadas existentes em Portugal:

“ (...) no país inteiro deve contar o lindo número de 400:000; e só em Lisboa 100 a 120:000 (...)”

A fazer fé nestes dados do jornal datado de 1944, comparativamente com a estatística de 1940, acima mencionada, o número de criadas de servir, em quatro anos, teria mais que duplicado. Em termos estatísticos, é difícil confirmar este aumento, uma vez que não existem estudos que o comprovem, apenas nos sendo possível aferir, quer pelas fontes científicas consultadas, quer pela leitura deste jornal, que o número de mulheres com esta ocupação seria elevado e o seu peso social inevitavelmente significativo.

Por que razão havia então tão elevado número de criadas?

Em primeiro lugar, porque existia procura. Desde os primórdios que a figura das criadas existiu em diversas culturas, constituindo uma força de trabalho que servia os mais abastados. Ter criados era sinónimo de riqueza, abundância e

---

<sup>13</sup> Inês Brasão refere que os empregos que não envolvem o exercício da dominação, especialmente os que implicam submissão e subserviência, são pouco dignos de mérito, ignóbeis e depreciados. (Brasão, 2012, p.33)



prestígio social, quer se tratasse de mão-de-obra escrava, quer estes fossem contratados pelos patrões como assalariados. A criada que vive em casa dos patrões é, neste período, uma realidade quase exclusivamente portuguesa, no resto da Europa as mulheres trabalham fora de casa, nomeadamente na indústria. No estrangeiro, as domésticas, na sua maioria, já não habitam na casa dos patrões. O Jornal “*Voz das Criadas*” dá-nos conta dessa mesma situação:

“ Como é sabido, a classe das criadas de servir, com a sua fisionomia própria de componentes da família, quase desapareceu noutros países, e com ela também, em boa parte a força e a riqueza social das próprias famílias, arrastadas pela onda arrasadora das socializações.”<sup>14</sup>

Se considerarmos o período a que se refere o presente estudo, verificamos que no nosso país o facto de existirem criados era aceite de forma pacífica, considerando-se como parte da ordem natural das coisas. Como já observámos anteriormente, a coesão social dependia em larga medida da continuação da ordem vigente, da aceitação e conformação perante os papéis que cada um desempenhava na sociedade. As profissões não fogem a essa lógica determinística. O discurso político, e neste caso o discurso religioso eram bastante eficazes e não ofereciam contestação. Os senhores precisavam de ser servidos e as criadas existiam para os servir. Numa mecânica perpetuada de geração em geração, os filhos dos senhores continuariam a ser servidos e as filhas das criadas prosseguiriam servindo-os. Aliás, este pensamento tem raízes profundas, as filhas de criadas foram, desde sempre preferidas pelos senhores para as servir, considerando-as de confiança para o desempenho desse papel. Já no século XVII, Francisco de Mello referia na *Carta de Guia de Casados*: “Convem para criadas as filhas das que o forão, e que tem feito prova do amor, e da lealdade; as vassallas (quem as tiver) as vizinhas, e gente de antigo conhecimento; e todas de aquella esfera de gente, que sem vergonha de seu estado, póde, e deve servir, e de quem seus amos sem pejo, nem vaidade,

---

<sup>14</sup> Jornal nº 173 de julho de 1948, p.1.

podem, e devem ser servidos” (Melo, 2007, p.41). A aceitação da servilidade era propagandeada pela própria Igreja Católica. No jornal podemos ler:

“Para que cada um vá pelo caminho que lhe está marcado, Deus dirige os acontecimentos, dá aptidões, chama-nos a êste ou áquele estado de vida e coloca-nos neste ou naquele trabalho: Ao mesmo tempo, distribui as suas graças conforme a vocação e obrigações próprias do lugar em que nos colocou.”<sup>15</sup>

É desta forma que a igreja justifica, no jornal de índole católica, que é objeto do nosso estudo, o lugar de cada um, aniquilando qualquer tipo de aspiração à mudança que as criadas possam ter.

Como pudemos também constatar anteriormente, neste contexto social e político, ser criada de servir era uma ocupação eminentemente feminina aceite num Portugal de essência patriarcal. Ter esta profissão era uma forma de continuação “quase natural” do papel definido para a mulher: ser “boa dona de casa” equivalia a ser mãe, cuidar da casa, do marido, dos filhos e dos doentes, por conseguinte para igualar estas funções a criada teria de ser “boa doméstica”:

“(...) as criadas católicas devem procurar cumprir, o melhor possível, as suas obrigações de criadas, tornando-se modelares tanto na obediência e respeito aos patrões como na perfeição com que fazem os diversos trabalhos que lhes estão confiados”<sup>16</sup>

A criada prestava os mesmos cuidados que uma mulher casada votava à sua família, apenas mudava o facto de a família não ser a sua e receber um salário por esses serviços. Por outro lado, desenvolver este tipo de trabalho era também uma necessidade; as mulheres não o faziam por escolha pessoal, senão por imperativos económicos e familiares que não lhes deixavam outra saída.

---

<sup>15</sup> Jornal nº135 de maio de 1945, p.1.

<sup>16</sup> Jornal nº 168 de fevereiro de 1948, p.1.

“A satisfação das necessidades fundamentais humanas da alimentação, do vestuário e da habitação tornou-se-lhes difícilima ou mesmo impossível no meio rural, já pelo elevado número de irmãos, pela orfandade, pelas doenças, pela falta de trabalho, já pela injusta remuneração (...)”<sup>17</sup>

Numa economia atrasada, assente na agricultura tradicional de baixa produtividade, os salários acompanhavam a mesma tendência, eram tão poucos que não cobriam sequer as necessidades mais básicas. A vida dos trabalhadores agrícolas era frequentemente uma vida de miséria, sujeita que estava ainda ao carácter sazonal dos trabalhos. Nas cidades o panorama não era melhor, uma vez que as condições laborais eram muito más, o trabalho era precário, o desemprego bastante elevado e a proteção social escassa.

“O fenómeno da pobreza não pode ser imputado apenas a causas fortuitas ou a determinantes de ordem individual, está antes relacionado com um dado modelo económico de que sobressai a subestimação do valor da força de trabalho (baixos níveis salariais e de participação do trabalho no rendimento nacional), a subalternização da agricultura (aviltamento dos preços dos produtos agrícolas, ausência de reforma agrária), a precariedade dos esquemas de segurança social e, em geral, dos mecanismos redistributivos.” (Silva, 1984, p.126)

O eclodir da Segunda Guerra Mundial veio agravar, ainda mais, as más condições de vida existentes e os baixos salários da maior parte da população. Apesar da neutralidade portuguesa, a escassez e o racionamento dos bens de primeira necessidade fez-se sentir de forma marcada, uma vez que Portugal não era auto-suficiente e o acesso a produtos importados era limitado por vários condicionalismos.<sup>18</sup> Paralelamente, o desenvolvimento especulativo do mercado

---

<sup>17</sup> Jornal nº 176 de outubro de 1948, p. 4.

<sup>18</sup> Fernando Rosas aponta, no seu artigo acerca da economia de guerra, quatro razões para este estado de coisas: “Em primeiro lugar as *vulnerabilidades estruturais* da economia portuguesa: Portugal não tinha ou não produzia (pelo menos em quantidade e qualidade suficientes) um conjunto de matérias-primas, de bens e equipamento, de bens intermediários ou até alimentares de importância estratégica para o normal funcionamento da indústria e da agricultura ou para a alimentação básica da população (...) Em segundo lugar, refira-se a *pequenez e decrepitude da*

negro e as exportações ligadas à estratégia beligerante (como é o caso do volfrâmio, estanho e conservas) favorece os ricos agravando ainda mais as desigualdades entre estes e os mais pobres<sup>19</sup>.

Esta conjuntura de pobreza, ao invés de preocupar o Estado, era encarada como inerente ao país, e “vendida” pelo Secretariado de Propaganda Nacional como natural e até desejável para preservar valores defendidos pelo Estado, como a família e a ordem social. Como bem sintetiza Fernando Rosas: “A pena gongórica de António Ferro encarrega-se de transformar a família camponesa, o trabalho rural, a «casa portuguesa» e esse mundo de aldeias pobres, mas onde «há sempre uma côdea ou um caldo», no esteio e no símbolo da harmonia social, das virtudes pátrias e da estabilidade do regime” (Rosas, 1994, p.53).

A pobreza era igualmente apontada pela igreja católica como uma virtude primordial. No jornal é possível encontrar diversos artigos com este teor:

“Nada temos a invejar aos ricos e soberbos. A nossa riqueza é maior e vale mais.”<sup>20</sup>

É neste contexto de contrastes que se compreende a origem da profissão de criada de servir. Através da análise do jornal “*Voz das Criadas*” podemos inferir que estas mulheres eram maioritariamente oriundas das aldeias, de famílias de fracos recursos, que viviam da exploração de pequenas parcelas de terra ou do

---

*frota mercante nacional*, largamente insuficiente em tempos de paz, para assegurar o grosso do que o país importava do estrangeiro e das colónias (que vinha por via marítima). (...) Em terceiro lugar, havia ainda que contar com o *bloqueio económico aliado* ao continente europeu sob ocupação, incluindo os “neutros adjacentes”(…) Em quarto lugar,(…) o *extraordinário afluxo de capitais estrangeiros ao país*, fruto da busca de proteção num país neutral e estável por parte de capitais nacionais, ou não, antes aplicados em economias envolvidas na guerra; (...)Esse grande afluxo de capital estrangeiro, cambiado em escudos originou um significativo aumento da circulação de moeda e da procura, em condições de séria rarefação da oferta, com inevitáveis e acentuadas tensões inflacionistas (Rosas, 1994, p.280 a 284).

<sup>19</sup> O Portugal dos anos 40 é um país habitado, de uma parte, por uma elite urbana, intelectual, comercial e política, reduzidíssima e largamente sustentada pelo comércio colonial e, de outra parte por um campesinato miserável sujeito a crises de fome profundas e regulares, cujos direitos políticos e civis eram parcos” (Feijó e Cabral, 2004, p. 75).

<sup>20</sup> Jornal nº 142 de dezembro de 1945, p.1.

trabalho mais ou menos sazonal a ela associado.

Devido a essa conjuntura, muitos chefes de família não tinham meios para prover a sobrevivência da família, amiúde numerosa. Daí a necessidade de, desde muito cedo, os filhos ganharem o seu sustento. Os pais usavam os filhos como fonte de rendimento, “ (...) para aumentarem o rendimento familiar fazendo-os trabalhar, ainda como crianças, em explorações familiares ou empregos por conta de outrem. (Lopes, 2004, p. 291). As raparigas viam-se obrigadas a migrar para as vilas e cidades a fim de ganharem o seu próprio meio de subsistência e mesmo para ajudar a família, que tinham deixado para trás. Com efeito, “as mulheres constituíam mais de metade dos migrantes internos”. (Pinto, 1996,p. 563)

Dentro deste contexto, colocar as raparigas ao serviço de famílias mais abastadas era uma prática frequente: “As moças mais novas, com sorte e com a ajuda do padre ou do cacique local, iam servir para as casas burguesas da cidade” (Rosas, 1994, p.50). Não surpreende, pois, que às mulheres não restasse outra alternativa para além de servir os senhores mais abastados, e por isso constituíssem um número tão considerável da população ativa na década de quarenta do Séc. XX em Portugal.



#### 4. O Jornal: Apresentação gráfica, estrutura e organização temática

O jornal “*Voz das Criadas*”, objeto do presente trabalho, tinha uma periodicidade mensal e era direcionado às criadas de servir. A sua publicação iniciou-se no mês de Março de 1934, e prolongou-se até ao mês Dezembro de 1966, data após a qual teve continuidade, até hoje, sob o título “Bem Fazer”. A fundação do Jornal “*Voz das Criadas*”, surge por iniciativa conjunta de Monsenhor Elves Brás e de Maria José Lucas que viria a ser a diretora. Uma iniciativa que parece natural, uma vez que quando a O.P.F.C. surgiu como uma instituição benemérita, com apenas cinco associadas (nas quais ela se encontrava incluída), foi ela quem cedeu a pequena casa de dois andares, onde se sediaria a Obra, tornando-se assim uma das principais impulsionadoras da Instituição. O pedido de publicação, do jornal a que ela chama, “um mensário, dedicado à instrução moral e profissional das suas companheiras de trabalho” é feito, através de uma carta que Maria José Lucas dirige ao ministro do Interior, recebendo autorização de publicação do mesmo pelo governador da Guarda.

Como editora escolheu Maximina Rebelo Monteiro e como administradora Adelaide Nunes, todas elas criadas, tal como podemos constatar no jornal nº181, p.3:

- “- Naturalmente queres perguntar quem é a directora (...)
- E quem são as outras que aí estão?
- Como vês são os nomes da Editora e administradora.
- Também serão criadas?
- Naturalmente...”

Serão estas três mulheres que se encarregarão dessa publicação, desde o início da sua fundação até à mudança da sede da Obra para Lisboa..

O periódico era composto e impresso na cidade da Guarda, pela Tipografia Vértas. Em abril de 1947, com a passagem da sede do jornal para Lisboa, motivado pelo desenvolvimento da Obra que ganhou uma dimensão nacional,

passa a ter como diretora Maria Natália da Costa Albuquerque e como editora Maria do Carmo de Jesus Pinto, sendo impresso nas Oficinas de São José.

O formato do jornal é o tablóide, com 28 cm de largura e 43 cm de altura. Com cerca de 4 colunas em cada uma das quatro páginas, impresso em papel de jornal com uma folha única dobrada em forma de caderno, o jornal mantinha uma redação permanente e sua distribuição era feita por assinatura, dentro do país.

O jornal, impresso a preto e branco, consta de artigos escritos, com raras ilustrações. Do número cem ao duzentos apenas se encontram 23 imagens, sendo que 7 são estampas religiosas; 15 são fotografias: 6 representam alunas da escola doméstica e seus trabalhos, 5 são alusivas às casas de Santa Zita, 4 mostram grupos de opefecistas e 1 é a foto de Joaquim Alves Brás, fundador da obra, celebrando os 25 anos da sua 1<sup>o</sup> missa; resta ainda 1 desenho da casa de Santa Zita de Coimbra.

A apresentação gráfica, estrutura e organização temática mantêm-se mais ou menos constantes ao longo das cem publicações analisadas no âmbito do presente trabalho.

O cabeçalho do jornal apresenta uma bandeira onde se encontra inscrito o título “*Voz das criadas*” em letras gordas; à esquerda uma imagem de uma criada que ora e de um anjo que cozinha diante de um fogão, por baixo destas um alguidar, uma grelha e a inscrição “S.ta Zita Padroeira das Criadas”. Da haste pendem duas fitas que se cruzam com os dizeres: “Mãos no trabalho” e “Coração em Deus”. Por baixo desta bandeira, à esquerda pode ler-se “Orgão da «Obra de Previdência e Formação das criadas» (O.P.F.C)” e à direita a inscrição bíblica “O Filho do Homem não veio para ser servido mas para servir (Math. XX, 28)”.

Por cima da bandeira, à esquerda o número de anos de publicação do jornal, ao centro o mês o ano do exemplar e à direita o número do jornal.

Abaixo de tudo isto encontram-se em letra miúda as seguintes informações, por ordem e da esquerda para a direita: “Propriedade da O.P.F.C.”, nome da editora, seguido pelo nome da diretora, nome da administradora, local e morada da redação, administração, composição e impressão<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Anexo 1



A primeira página contempla a temática da “Formação Moral”, preconizada pela O.P.F.C. como primordial para a boa formação de qualquer criada e dela constam três rubricas: um artigo principal e dois de menor dimensão.

No artigo principal o conteúdo gira à volta de três temáticas:

- Funcionamento da O.P.F.C e sua ação (inauguração de casas de Santa Zita, aniversário do jornal ou outras centradas na vida religiosa das associadas, comportamentos que as criadas devem demonstrar no intuito de honrarem a associação à qual pertencem, na igreja, no trabalho, nas praias).

- Exemplo religioso: da vida de Cristo ou de santos católicos como Santa Zita; São José; Maria; S. Pedro; Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, entre outros, pelos quais as opefecistas se devem pautar.

- Divulgação de apelos à oração feitos por Pio XII, milagres e beatificações, sempre a título de modelo a seguir (estes aparecem com menor frequência, sendo que os primeiros aparecem duas vezes e os seguintes apenas uma vez).

A página conta ainda com as rubricas: “Cinco Minutos de Meditação” e “Pedi e Recebereis”; a primeira insta as criadas a pensarem sobre temas de ordem religiosa, discorrendo sobre eles, a última apela à oração por intenções diversas prioritariamente ligadas ao aperfeiçoamento religioso das criadas. A rubrica “Pedi e Recebereis” foi substituída, em Maio de 1946, por outra chamada “Catecismo em dois minutos” e em agosto foi lançada a rubrica “Conselhos da Velha Isabel” que se mantém até Maio de 1957, surgido em seu lugar outra de título “Conversando com as Opefecistas”, que desaparece em novembro de 1948.

A página dois começa por ser dedicada ao funcionamento, regras e informações emanadas pela O.P.F.C. em artigos diversos. A rubrica “Diálogo entre amigas, na rua” surgia frequentemente e era dirigida às criadas, como o próprio nome indica, tratava-se de um diálogo onde se explicavam as vantagens, mecanismos e requisitos da O.P.F.C. ou os comportamentos a ter em situações diversas. Há ainda artigos dirigidos às representantes locais que dão instruções de como proceder nas reuniões de associadas. Aparece simultaneamente uma rubrica de culinária “Maionese de Receitas” e conselhos úteis de limpeza e manutenção na rubrica “Apontamentos de uma aluna da escola doméstica”. A partir do jornal número 120, de fevereiro de 1944, a página passa a incluir temas

quase exclusivamente relacionados com a formação: “A criada enfermeira”, “A criada de crianças”, “A etiqueta da criada” e “Apontamentos de uma aluna da escola doméstica”.

Na rubrica “Apontamentos de uma aluna da escola doméstica” ou “Instrução profissional” surgem receitas e sugestões culinárias, lavagem e tratamento de roupas pessoais e de casa (formas de eliminar nódoas diversas), arrumação dos diversos espaços, higiene e conservação de loiça e móveis da casa.

“A criada de crianças” inclui temas como: o enxoval, preparação e diluição do leite artificial, vacinas, saúde, higiene, sono, vigilância, saídas e passeios, entre outros.

“A criada enfermeira” com ensinamentos de: limpeza do quarto e objetos usados pelo doente, desinfecções, queimaduras, posição do doente, etc.

“Etiqueta para as criadas” abrange um largo leque de comportamentos desde a forma de tratamento aos patrões, passando pelo recebimento de visitas, até ao serviço à mesa. Por vezes, estas rubricas confundem-se, aparecendo, ora de forma independente, ora incluídas na rubrica central “A criada instruída – Apontamentos de uma aluna da escola doméstica”. Às vezes mudam de nome, mas o seu conteúdo mantém-se, por exemplo as receitas aparecem com os títulos: “Culinária”, “Maionese de receitas” e “O que toda a cozinheira deve saber”.

A página três estaria mais voltada para a O.P. F. C e divulgação da sua ação, bem como ao apostolado das criadas (incluindo este a angariação de outras criadas para a causa, venda de assinaturas do jornal e do *Almanaque de Santa Zita*).

A quarta página intitula-se: “A O.P.F.C. Através do País” e dela constam as cartas, escritas pelas delegações da obra, dando conta das ações das criadas no âmbito desta organização.

Pontualmente, surgem pequenos artigos ou algumas rubricas que são mudadas de página, aparentemente por motivos de organização editorial ou imperativos de espaço.

Podemos ler ainda pequenos artigos referentes à venda do Jornal “*Voz das Criadas*”, *Almanaque de Santa Zita*, e outras publicações da Obra, bem como

diversos textos relacionados com retiros, festas, manifestações religiosas e mesmo algumas anedotas que são transversais a todas as páginas.

Por vezes, as rubricas mudam de lugar, ou são omitidas, mas apesar dessas mudanças a temática permanece a mesma: conteúdos religiosos ou relativos à O.P.F.C.

O Jornal transcreve artigos que afirma serem publicações oriundas de outra imprensa, entre outros o jornal nº111, de julho de 1943, p.3 ou nº116, de outubro do mesmo ano, na mesma página. Não está definido nestes artigos onde inicia ou termina essa transcrição, não se percebendo qual é a matéria deste jornal ou a que provém de outra fonte.

De salientar ainda o facto de os artigos raramente serem assinados pelos seus autores e, nas poucas vezes em que tal acontece, fazerem-no por siglas ou nomes incompletos (Ex: Mínima, M.O., G.G.I., Teresa M., uma presidente ...) o que torna impossível saber quem terá sido o seu autor. Este anonimato verifica-se ainda nas cartas, supostamente escritas pelas associadas e que apenas são identificadas pelo lugar de origem (Guimarães, Guarda, Covilhã), levando-nos a duvidar da sua origem ou veracidade e questionando-nos se não terão sido escritos por dirigentes ou outros membros da própria O.P.F.C.

Ao nível da escrita, os artigos, nomeadamente as cartas, apresentam uma linguagem bastante cuidada, o que nos leva a questionar se foram escritos pelas criadas. Notam-se ainda, ao nível da ortografia, frequentes desvios à norma do Português padrão.

Como se pode verificar, a partir desta breve análise, o conteúdo do jornal estava exclusivamente voltado para a difusão de artigos relacionados com a propaganda, ação e funcionamento da O.P.F.C., o que não é de estranhar uma vez que este era apresentado como Órgão dessa mesma obra.

#### 4.1. A Obra de Previdência e Formação das Criadas (OPFC)

A Obra de Santa Zita foi fundada em 1931, por Monsenhor Joaquim Alves Brás, na Guarda, e recebeu o nome de “Obra de Previdência e Formação das Criadas (O.P.F.C) ”. Os seus estatutos foram aprovados, pelo Bispo da Diocese, em 25 de Abril de 1932, estendendo-se a sua ação, pouco depois, a todo o território nacional.<sup>22</sup>

Em 9 de Julho de 1946 a sede geral passou para Lisboa. O Regulamento Geral foi aprovado por uma provisão assinada pelo Cardeal Patriarca da mesma cidade<sup>23</sup>, o qual já tinha sido aprovado anteriormente pelo Secretário de Estado da Assistência Social, em 21 de Junho do mesmo ano<sup>24</sup>.

A associação tinha como finalidades a formação moral, intelectual e profissional das mulheres que exerciam a profissão de criadas de servir; a defesa da sua honestidade e interesses; a assistência na doença, e no desemprego às suas associadas, tal como nos esclarece o jornal nº 1 na sua primeira página:

“Não se trata de uma mera associação de piedade, nem de um sindicato profissional, nem de uma caixa de previdência, nem duma casa de instrução literária, nem dum instituto de educação profissional, nem duma agência de colocações, nem duma obra de assistência, porque é tudo isto ao mesmo tempo!”

Nem todas as criadas aderiram à O.P.F.C., nem todas as senhoras se apoiavam a instituição:

---

<sup>22</sup> <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=45633> acedido a 10-12- 20012

<sup>23</sup> *idem*

<sup>24</sup> *Diário do Governo* (II Série) de 9 de Julho de 1946.

“ Infelizmente ainda é mal compreendida, tanto pelas criadas como pelas senhoras. Daí as dificuldades que temos a vencer e que nos demoram a marcha.”<sup>25</sup>

Também através dessa leitura compreendemos que muitas eram as criadas que se mantinham afastadas desta Instituição, ou por não terem religião, ou por pertencerem a outra religião, ou simplesmente porque não se reviam na O.P.F.C. Apesar da adesão à obra não ser universal, esta tinha um peso muito significativo, como podemos verificar através da leitura do jornal pelo número de delegações que cobriam praticamente a totalidade do país.

#### **4.1.1- O Fundador da O.P.F.C.**

Monsenhor Joaquim Alves Brás nasceu a 20 de Março de 1899, na aldeia de Casegas, concelho da Covilhã. Aos 14 anos, deu entrada no Seminário do Fundão, da Diocese da Guarda, a fim de se ordenar Padre, o que viria a concretizar-se a 19 de Julho de 1925. Foi Pároco de 1925 a 1930. Diretor Espiritual do Seminário da sua Diocese de 1930 a 1943, fundou a Obra de Santa Zita, em 1931. Em 1933 fundou o Instituto Secular das Cooperadoras da Família e em 1960, os Centros de Cooperação Familiar e, em 1962, o Movimento por um Lar Cristão e o *Jornal da Família*. Também em 1962 recebe do Papa Pio XII o título de Monsenhor e em 1962 do Papa João XXIII, o título de Prelado Doméstico (título honorífico concedido por reconhecimento papal).

Morreu a 13 de Março de 1966, vítima de um acidente rodoviário, em Lisboa. Decorre ainda o seu Processo de Beatificação que teve início em 1990.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Jornal nº 147 de maio de 1946, p.4.

<sup>26</sup> <http://osgrandescovilhocos.blogspot.com/2007/02/os-grandes-covilhocos-monsenhor-joaquim.html> acedido a 17/1/2012



## 5. Do meio rural ao meio urbano

Como vimos anteriormente, a maior parte das raparigas tornava-se “criada de servir” por necessidade. No entanto, a vinda para a cidade representava para algumas a fuga à miséria e constituía uma espécie de ascensão social, uma vez que apesar de difícil, esta vida era menos penosa que a vida do campo:

“ (...) vão seduzidas apenas pelo desejo de vestir e calçar melhor de forma a parecerem umas senhoras (...)”<sup>27</sup>

A própria O.P.F.C. reafirma esta espécie de “promoção”, por diversas vezes, como podemos verificar de seguida:

“A criada é uma rapariga pobre que, em certo sentido deixou de ser pobre para partilhar a grandeza da família que serve (...)

Deixou a casita ou casebre pobre, para viver em casa rica, nobre, talvez palácio fidalgo.

Deixou de andar descalça ou de tamancos, para usar bom sapato. Trocou os vestidos grosseiros, talvez andrajosos, para logo começar a usar a linda farda da casa e vestidos limpos e às vezes luxuosos demais!...

Deixou a mesa pobre, para se alimentar dos alimentos dos seus senhores.”<sup>28</sup>

Ir servir obrigava à transição do meio rural para o meio urbano. Esta transição podia ser feita através da contratação direta pelos patrões, nas aldeias de origem ou por iniciativa própria. Neste último caso, as raparigas saíam da terra e iam procurar emprego pelos seus próprios meios ou através de recrutadoras

---

<sup>27</sup> Jornal nº114 de agosto de 1943, p.1.

<sup>28</sup> Jornal nº192 de fevereiro de 1950, p.1.

que as iam buscar à terra ou as angariavam já nas cidades; ou recorrendo a organizações, como é o caso da O.P.F.C.<sup>29</sup>

Mas, colocarem-se sozinhas acarretava o perigo considerável de serem burladas. No Jornal podemos encontrar diferentes relatos episódicos destes casos, bem como alertas para esta realidade:

“Há tempos um jornal da capital publicava um anúncio (...). Houve uma que se habilitou à sorte. Depois de fazer o ajuste, meteu a mala no automóvel e... enquanto foi meter, por mandado da patroa que também vinha no carro, uma carta no marco do correio, viu fugir o automóvel e ficou a ver “navios” no alto de Santa Catarina, o automóvel tinha-lhe levado a mala.”<sup>30</sup>

Nem sempre as colocações eram conseguidas, deixando as raparigas numa situação precária e obrigando-as mesmo a regressar ao seu local de origem:

“Ambas eram de Amarante, e aventuraram-se a sair da sua terra para o Porto, à procura de uma casa para servir. Não a tendo encontrado e começando-lhes a faltar os recursos, puseram no penhor as suas roupas, única coisa que possuíam. Até que, não tendo de que deitar a mão, estas pobres e infelizes raparigas resolveram voltar para a sua terra, cheias de fome e a pé.”<sup>31</sup>

Quando colocadas por recrutadoras, as raparigas, pela sua situação de vulnerabilidade eram facilmente exploradas. Estas angariadoras cobravam comissões elevadas, incompatíveis com os salários que as criadas iriam receber,

---

<sup>29</sup> A Obra de Proteção às Raparigas, a Ação Católica, as Conferências de S. Vicente de Paulo e as Noelistas eram outras instituições, que tal com a O.P.F.C., ajudavam as criadas na sua colocação. O jornal (nº 152,) página 3 dá conta de um acordo estabelecido entre a O.P.F.C. e a Obra de Proteção às Raparigas no sentido de usarem os serviços uma da outra, se assim o pretendessem.

<sup>30</sup> Jornal nº 178 de dezembro de 1948, p.3.

<sup>31</sup> Jornal nº 112 de junho de 1943, p.2.



a troca de uma colocação precária ou duvidosa e ainda exploravam o seu trabalho, recorrendo à chantagem: “(...) para além dos proventos que auferia com a colocação das empregadas, sobre elas exercia um verdadeiro papel de fiscal, chegando mesmo a aproveitar-se dos seus poucos tempos livres para as obrigar à limpeza da própria casa. A ameaça de queixas aos pais e de informações negativas sobre o seu comportamento nas aldeias funcionavam para elas como uma chantagem eficaz” (Meerrsachaert, 1986, p. 636).

Entre os diversos avisos que surgem no jornal, a respeito dos cuidados com as colocações, na página 3 do jornal nº127 do mês de Setembro de 1944, encontramos um artigo de título: “ Cautela com as engajadeiras!!!...” que previne as criadas contra pessoas que se faziam passar por membros da O.P.F.C. para angariar criadas de servir. Inês Brasão afirma que existiam pequenos escritórios que recrutavam raparigas, «ao engano», para o serviço doméstico, para depois as introduzir em redes de prostituição que recorriam para o efeito a intermediários. Daí que se multiplicassem os avisos por parte de diversas entidades, para esta realidade, conforme menciona a autora (Brasão, 2012, p.101-102).

Perante o cenário acima descrito, o serviço de colocações da O.P.F.C. era apresentado no jornal como uma alternativa séria e de confiança para proceder à colocação de raparigas<sup>32</sup>. Através desse meio, alerta-se frequentemente para os perigos que as raparigas enfrentam ao vir para a cidade:

“Podem ter a certeza de que o futuro da rapariga depende quási sempre da escolha da casa e sobretudo da primeira casa que vai servir. Se em toda a parte é preciso ter cautela com a escolha da casa onde se vai servir, em Lisboa e Pôrto muito mais. Chegam-nos informações das duas cidades que nos levam a fazer esta recomendação com muita insistência”<sup>33</sup>

Era frequente encontrar estrangeiros que residiam em Portugal, muitas vezes refugiados de guerra, geralmente judeus que eram acolhidos pelo Estado,

---

<sup>32</sup> As colocações não eram gratuitas para as senhoras, apenas o eram se fossem beneméritas da obra (jornal nº126 de agosto de 1944, p.1.)

<sup>33</sup> Jornal nº 123 de maio de 1944, p.3.

sem que tal constituísse qualquer entrave: “(...) o sentimento antijudaico adquire relevância política somente quando pode ser combinado com uma questão política importante, ou quando os interesses dos judeus entram em conflito aberto com uma classe dirigente ou aspirante ao poder” (Arendt, 1978, p.74). Desta forma, e na medida em que os judeus não pusessem em causa os princípios e fundamentos do Estado, eram aceites como qualquer cidadão: “O regime não perseguia os refugiados por causa da sua religião ou da «raça», mas tal como reprimia e perseguia todos os adversários políticos, estava atento também ao que se opunham ao nacional-socialismo” (Pimentel, 1999, p. 50). No entanto, tanto os estrangeiros como os judeus eram indesejados pela igreja por praticarem uma religião diferente ou simplesmente por terem hábitos e ideias diferentes. Assim surgem-nos também advertências, em relação aos mesmos, para que as criadas se afastem dessa situação:

“Além destas há bastantes que estão empregadas em casas de estrangeiros que aqui se encontram e que, ou por hábitos dos seus países, ou por acanhamento das casas que habitam, à noite as criadas vão dormir fora. Ora esta situação é para elas dispendiosa e perigosa” <sup>34</sup>

O facto de as criadas não partilharem a habitação com os patrões coloca a questão económica, mas também a questão da intromissão de uma realidade alheia a esta classe - o trabalho fora de casa - o que seria inaceitável perante os preceitos políticos e religiosos da altura que apelavam ao regresso da mulher ao lar. Da mesma forma, seria inconcebível, para a Igreja Católica que as criadas se convertessem a outra religião ou se afastassem do Catolicismo, considerando que tal seria a perdição das suas “almas”. Assim, no jornal refere-se:

“ ... pois tendo tantas vezes de servir famílias sem religião ou seguindo outras religiões que não a católica, e tendo de viver neste mundo onde há tão pouco respeito pela dignidade

---

<sup>34</sup> Jornal nº 119 de janeiro de 1944, p. 2.

alheia, se não tiver uma fé bem forte, mesmo heroica, corre grave risco de cair e de se perder.”<sup>35</sup>

Este discurso da Igreja Católica, além da aparente preocupação com as raparigas, constitui também uma forma de controlo, através da ameaça que lhe está subjacente. Avisa-se que tal “transgressão” implicaria tais consequências punitivas.

Em outras ocasiões a instituição apela diretamente para que as raparigas a contactem quando pretendam vir para a cidade para poder ajudá-las.

“ (...) a *Voz das Criadas* quer levar ao conhecimento de todos, e principalmente, ao dos Rev.os Párocos para estes prevenirem e avisarem as famílias, de que não devem deixar sair as suas filhas ao Deus dará, antes as devem encaminhar para as Casas sustentadas pela O.P.F.C., diretamente ou por intermédio das nossas representantes, nas paróquias onde elas encontrarão abrigo e amparo”<sup>36</sup>

Apesar de auxiliar as criadas a serem colocadas e ter como missão a sua proteção e formação, a OPFC instava as raparigas a permanecerem no meio rural, sempre que tal fosse possível:

“(...) só deve ir a servir e deixar os seus pais e a sua aldeia, quem tiver verdadeira necessidade disso. Quem puder manter-se em casa dos pais, não deve sair.”<sup>37</sup>

Em consonância com o contexto socio-político da época, no qual a cidade foi “demonizada”, representando tudo o que era mau e nefasto para o ser humano, era feita a apologia do campo, lugar são e paradisíaco, que

---

<sup>35</sup> Jornal nº 123 de maio de 1944, p. 1.

<sup>36</sup> Jornal nº 1 de março de 1934, p.1.

<sup>37</sup> Jornal nº 114 de agosto de 1943, p.1.

representava o regresso do homem às suas origens e correspondia ao ideal Salazarista de renovação:

“O campo foi Deus quem o fez, a cidade fê-la o homem.

O campo é saudável e puro, como a natureza; a cidade é insalubre e corrupta como obra de especulação humana.”<sup>38</sup>

Encontrada a colocação, a vida das criadas não se tornava mais fácil. A transição do meio rural para o meio urbano nem sempre era pacífica e as expectativas das raparigas eram frequentemente goradas. As dificuldades eram reconhecidas pela OPFC que o refere desta forma:

“Todos conhecem, todavia, o magno problema das criadas de servir, na grande maioria recrutadas nas aldeias e sem qualquer preparação para se adaptarem a meio diferente daquele onde viviam, incapazes para o trabalho de seu mister e desamparadas em frente das vicissitudes da vida”<sup>39</sup>.

Meersschaert enumera cinco dificuldades que as criadas enfrentavam: serem mulheres, abandonarem o lar, serem muito novas, o choque província-cidade e o confronto com uma classe social diferente no seio da qual teriam de viver e trabalhar.<sup>40</sup>

Basta lembrarmos que a idade mínima, considerada para engrossar as estatísticas, da população ativa era de 10 anos. As raparigas eram muito novas e quando iam servir deparavam-se com um trabalho desconhecido e duro, que acarretava muita responsabilidade, tinham pouco tempo para descanso e uma alimentação pobre, adoecendo com frequência.

Sem apoio familiar e sem princípios de formação morais sólidos, facilmente se deslumbravam com tudo o que encontravam nesta nova situação:

---

<sup>38</sup> Jornal nº 188 de outubro de 1949, p.2.

<sup>39</sup> Jornal nº 173 de junho de 1948, p.3.

<sup>40</sup> Meersschaert, 1986, p. 633 e 634.

“ ... longe da família, tantas vezes desde tenros anos, habitam-se a viver numa liberdade que as desnorteia; deslocadas do meio em que nasceram para outro inteiramente diferente, pondo-se em contacto com a riqueza, com o luxo, com paixões e maus hábitos que desconheciam, tudo, na sua vida e em volta de si concorre para as levar por maus caminhos e criar nelas hábitos de terríveis consequências.”<sup>41</sup>

É possível verificar, através desta citação, a preocupação da instituição com esta espécie de libertação das criadas. Não integradas num núcleo familiar enquanto filhas ou esposas, muitas vezes longe do olhar deste, e auferindo um salário, estas constituem um desvio à norma do ponto de vista do “ethos” salazarista e da moral católica, urgia pois orientá-las, de modo a que estas se regessem por um conjunto de valores em que a obediência, modéstia e resignação fossem as linhas mestras.

Não se pense, no entanto, que a OPFC tinha como único objetivo o evitar uma situação potencialmente subversiva. Os problemas que estas jovens enfrentavam eram reais, como se antevê em alguns dos artigos. Mesmo não escarpelizando verdadeiramente o problema, muitos deles deixam antever as verdadeiras dificuldades destas. O facto de se encontrarem desenraizadas do ambiente onde nasceram, e a sua tenra idade e inexperiência, transforma-as em vítimas fáceis da sua própria condição. O jornal refere:

“ O pensamento de que estamos sós, de que ninguém nos conhece, pode levar-nos a tomar atitudes, e frequentar lugares e companhias que evitaríamos se estivéssemos persuadidas de que éramos observadas por pessoas conhecidas. Longe do pai, da mãe e dos irmãos, sempre que os seus senhores as não vejam pode vir logo o tentador (...)” <sup>42</sup>

Neste extrato do jornal analisado, é notória a preocupação da igreja perante a falta de vigilância das raparigas exercida pelo “pai”, “mãe”, irmãos” ou

---

<sup>41</sup> Jornal nº 127 de setembro de 1944, p.1.

<sup>42</sup> Jornal nº 108 de fevereiro de 1943, p.1.

“senhores” que a poderia levar à transgressão. Esta vigilância foi, também, exercida pela O.P.F.C. e constitui uma forma de controlo e disciplina das criadas. Foucault afirma que “É o facto de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o individuo disciplinar” (2011, p.179). Também Martins, ao estudar os dispositivos de controlo usados pelo Estado Novo, considera que a Moral católica exerceu a função do “olho perfeito” no discurso salazarista (Martins, 1990, p.87).

Esta, tal como muitas outras citações do mesmo teor, parecem-nos indicar também a situação em que se encontravam muitas criadas e que as levava a ter uma vida sexual imponderada que as conduzia, muitas vezes, à situação de abandono por homens que as seduziam, tornando-se mães solteiras ou enveredando pela prostituição. Neste período as criadas eram vistas como imorais. Olegário Paz refere em relação a este assunto que “ (...) as Empregadas Domésticas ocupam o primeiro lugar na lista de mães solteiras ou de matriculadas na prostituição” (Paz, 1987,p.38).

Mesmo quando a sua colocação era imediata, as criadas não adquiriam uma situação estável, tal não significava que a qualquer hora não pudessem ser despedidas, sob um qualquer pretexto. Nesse caso encontravam-se entregues a si próprias. Numa sociedade em que a assistência social estava nas mãos de privados<sup>43</sup> e era escassa, as criadas encontravam-se muitas vezes numa situação precária. Porque viviam e trabalhavam no mesmo local, a perda de emprego deixava-as frequentemente numa situação desesperada.

---

<sup>43</sup> “A esmagadora maioria da população via-se obrigada a recorrer às suas poupanças – Na medida em que as tivesse para fazer face a riscos de doença e teria que procurar o apoio dos filhos na velhice ou invalidez. Com o Estado Novo surgiu um sistema de segurança social mais amplo, abrangendo percentagens significativas de população. Foram criadas Caixas de Previdência para os trabalhadores de diversos sectores da actividade económica e atribuíram-se algumas responsabilidades de segurança social, embora em escala extremamente modesta, às Casas do Povo e às Casas dos Pescadores. O sistema assim instituído cobria, em 1940, apenas 6% da população activa, na indústria e nos serviços” (Lopes, 2004, p. 301), facilmente se percebe, pois, que as criadas de servir não estão incluídas nestes sistemas.

“ Há companheiras tuas que teem fome... que teem sêde... que estão nuas... que não teem onde dormir nem repousar durante a noite, sempre que se desempregam.”<sup>44</sup>

“... quando vejo companheiras nossas desempregadas ou despedidas à noite, ou quási à noite e sem terem para onde ir. A quantos perigos ficam sujeitas e como me entristece o abandono em que as vejo.”<sup>45</sup>

“... tenho andado a dormir numa porteira, a beber um copo de leite e a comer um bolo aqui e além, gastando assim o meu rico dinheirinho, tão mal gasto, e que tanto me custou a ganhar”<sup>46</sup>

Mais uma vez, estes excertos do jornal contêm implicitamente ameaças veladas usadas pela Igreja, da mesma maneira que elas eram usadas nos regimes totalitários, como forma de controlo:“(...) o que caracteriza a propaganda totalitária melhor que as ameaças diretas e os crimes contra os indivíduos é o uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos (...)” (Arendt, 1978, p.437). Tal não significa, porém, que haja aqui algum tipo de ficção ou distorção da realidade. Simplesmente, se aproveita do exemplo para moldar os comportamentos e atitudes de forma a que estes correspondam àquilo que seria esperado, sejam eles enunciados pela igreja ou pelas criadas.

Perante esta panorâmica, a OPFC assume essencialmente duas missões: numa primeira instância, fornece formação profissional e ética às criadas de servir, e, em caso de necessidade, assume-se como uma instância, se não em muitos casos, a única instância através da qual as criadas podiam receber assistência e asilo: “ As tarefas de assistência encontram-se assim remetidas às instituições ligadas à Igreja Católica, onde esse trabalho ainda é encarado numa perspetiva de caridade Cristã” (Sousa, 2006, p.62).

---

<sup>44</sup> Jornal nº 156 de fevereiro de 1947, p.1.

<sup>45</sup> Jornal nº 119, de janeiro de 1944, p.2.

<sup>46</sup> Jornal nº 141 de novembro de 1945, p.3

Mais adiante, analisaremos com mais detalhe a forma como estas duas missões eram levadas a cabo.



## 6. A formação profissional das criadas

Num país onde vigora o analfabetismo e a maior percentagem recai sobre o sexo feminino, é de supor que uma classe, socialmente desprestigiada, como a das “criadas de servir” possuísse, habitualmente, pouca ou nenhuma escolaridade e não tivesse formação profissional.

“Em pleno século vinte não se compreende que quasi tôdas as criadas não saibam ler, escrever e contar”<sup>47</sup>

Embora se considerasse que a mulher é “fadada pela natureza para o serviço doméstico”<sup>48</sup>, a ausência de formação profissional constituía um problema sentido pela maioria dos patrões e constituía um forte entrave à contratação do pessoal doméstico. Na página 4, do jornal número 176 de Outubro de 1948, refere-se essa realidade da seguinte forma:

“Portanto são as criadas de servir ordinariamente dos meios relativamente sãos do campo e da serra, do lugar e da aldeia, de onde saem ignorantes de todos os serviços que hão de desempenhar, bisonhas, acanhadas, mondongos de fazer rir e apenas com muitas minhocas nas cabecinhas de alvéola”<sup>49</sup>.

“*A Voz das Criadas*” reflete a preocupação, também sentida pelo estado, em relação às mudanças na instituição “família”. A mesma crise intelectual e moral que levou ao desejo de formação do “Homem Novo”, regenerado, genuinamente nacional, de que o regime se considerava portador. Um novo tipo de português amante da ruralidade, pronto a servir a pátria e o império,

---

<sup>47</sup> Jornal nº142 de dezembro de 1945, p.4.

<sup>48</sup> Jornal nº128 de outubro de 1944, p.1.

<sup>49</sup> Jornal nº176 de outubro de 1948, transcrevendo o artigo “*As criadas de servir e a O.P.F.C.*” do jornal “*Reconquista*”

respeitador das ordens e hierarquias, temente a Deus, cumpridor dos seus deveres no trabalho e na família e que se contentasse com a modéstia e a pobreza alegre.

Também as criadas, enquanto portuguesas, são chamadas a cumprir esse ideal. Como elementos exteriores ao núcleo familiar, teriam de ser instruídas no sentido de cimentar esta instituição em vez de a corromper. No jornal podemos ler:

“(...) as raparigas no geral, saem do lar paterno sem formação moral e doméstica; entram, tantas vezes, ao serviço de famílias que não se preocupam de modo algum em suprir a formação que deviam trazer da casa dos pais; e por isso e porque o ambiente geral favorece o espírito de indisciplina, de revolta e imoralidade chegámos a esta tão melindrosa situação.”<sup>50</sup>

Muitos casos havia, em que a rapariga apenas conhecia o serviço do campo. A citação seguinte contém na primeira pessoa aquilo que sentiriam muitas das criadas recém-chegadas à cidade e atesta a dificuldade de encontrarem serviço compatível com as tarefas que eram capazes de desempenhar:

“ - Se me cá querem? Eu vim da minha terra para servir (...) sei schar sei regar e mais algumas coisas.

Foi a apresentação da Rosa Trigueira repetida um dia inteiro as dezenas de portas. Que não precisavam, que fôsse a outra parte, que sabia muito pouco...” Foi a recusa que Rosa escutou um dia inteiro a dezenas de portas”<sup>51</sup>.

Apesar desta situação ser do conhecimento geral e de os patrões exigirem das raparigas o cumprimento das funções domésticas de forma eficiente (sob pena de as despedirem quando tal não acontecia), ninguém parecia preocupado em lhes proporcionar condições de formação para as exercer:

---

<sup>50</sup> Jornal nº126, de agosto de 1944, p.1.

<sup>51</sup> Jornal nº145 de março de 1946, p.3.

“Porque todos se atrevem a falar mal das criadas, a apontar os defeitos ou faltas em que caiem, a insultarem-nas tantas vezes, mas não empregam meios alguns para as melhorar.

Quere dizer, exigem das criadas serviços que nunca ninguém lhes ensinou, qualidades, dotes que nunca lhes cultivaram, aprumo, educação que não lhes ministraram”<sup>52</sup>.

As criadas eram frequentemente reputadas de incompetentes para as tarefas que desempenhavam, por não possuírem formação profissional. Na sua maioria, quando existia, a formação era ministrada pelas patroas, servindo esta duas funções distintas: ditava as diversas funções domésticas que a criada, de acordo com a condição social daquela família, teria de exercer, e simultaneamente exercia controlo sobre estas, de modo a não perigar a sua situação conjugal ou familiar. Nas casas com mais de uma criada esta formação poderia ser feita igualmente pelas colegas de trabalho, mas sempre sob a vigilância da senhora.

Embora não tivessem como adquirir formação, às criadas era exigido um vasto leque de conhecimentos, nas mais diversas áreas, uma vez que eram geralmente “criadas para todo o serviço”. Solicitava-se que desempenhassem tarefas de limpeza, culinária, serviço de mesa, cuidado de crianças e doentes e mesmo de enfermagem. Assim, o jornal apelava às criadas que adquirissem conhecimentos nessas áreas:

“Aumentemos, dia-a-dia, os nossos conhecimentos sôbre cozinha, serviços de mesa, de roupas, de quarto, de limpezas, etc.

É preciso saber de cozinha: - confeccionar ementas com conhecimento do valor nutritivo dos alimentos, cozinhá-los; apresentá-los nas travessas com gosto e arte, etc.

Precisamos de saber todo o tipo de limpezas: - limpar mármore, espelhos, oleados, encerados, paredes, tectos,

---

<sup>52</sup> Jornal nº145 de março de 1946, p.1 e 3.

guarnições, móveis etc; como precisamos saber lavar tapetes, seda, tirar nódoas de toda a espécie, etc.

Precisamos ainda saber cuidar das roupas, desde o simples passar a ferro, até ao engomar e bornir, ao passajar e cerzir, etc.

Importa também que saibamos do serviço de mesa, de cerimónia, de intimidade ou família, para que em qualquer circunstância nos saibamos bem desempenhar das nossas obrigações.

E não será da maior necessidade saber cuidar das crianças que nos forem confiadas? (...)

E não seria útil que soubéssemos dar uma injeção, fazer um penso, cuidar de um doente seguindo a orientação médica?”<sup>53</sup>

Como a esmagadora maioria das suas contemporâneas, as criadas aspiravam a casar e constituir a sua própria família. Assim, o argumento da “mulher dona de casa” era usado paralelamente ao da competência profissional, para motivar as criadas a efetuar essa formação.

“ É preciso que saibam um pouco de tudo, embora tenham mais inclinação para êste e para aquêle serviço. Uma boa criada deve saber de tudo, porque de repente, pode adoecer uma companheira e é bom que ela saiba e possa logo substituí-la.

Deve saber de tudo, porque amanhã constitui a sua família e deve tomar conta de todo o serviço...”<sup>54</sup>

É neste contexto de analfabetismo e carência de formação profissional que a O.P.F.C. se propõe educar e formar as criadas de servir.

---

<sup>53</sup> Jornal nº116, de outubro de 1943 p.1.

<sup>54</sup> Jornal nº139 de setembro de 1945, p.1.

A obra defendia que as criadas necessitavam de formação moral intelectual e profissional<sup>55</sup>, entendia por formação moral a formação religiosa:

“As criadas sem fé e sem amor, nem temor de Deus são capazes dos maiores ver de seguida: “As criadas sem fé e sem amor, nem temor de Deus são capazes dos maiores desvarios, das mais vergonhosas baixezas, até dos mais criminosos atentados contra os seus patrões. São um veneno que anda de casa em casa a envenenar as famílias e, com elas, a mesma sociedade”<sup>56</sup>.

A primeira página do jornal 109 de Março de 1943 refere, também, a título ilustrativo alguns conteúdos desta formação: ensinar a orações da manhã, da noite, de antes e depois de comer e do trabalho, os mistérios do rosário, palestras sobre a vida de Nosso Senhor ou outros assuntos religiosos.

Para conseguir obviar a essas necessidades instituiu as reuniões de “Piedade” e “Formação”, as Escolas de Formação Profissional e ainda aulas para o ensino primário<sup>57</sup>. Estes meios procuraram colmatar quer a falta de escolarização, quer a falta de formação moral e profissional:

“A formação moral é a base de toda a formação; e por isso muito convém que ela seja dada com o maior desenvolvimento a todas as associadas.”<sup>58</sup>

“ A par e juntamente com a instrução, deve fazer-se a formação da consciência moral e profissional.”<sup>59</sup>

Uma criada bem formada teria então de atender a este ensino tripartido: ensino da moral, ensino intelectual e ensino profissional.

---

<sup>55</sup> Jornal nº 105 de novembro de 1942, p.3.

<sup>56</sup> Jornal nº 118 de dezembro de 1943, p.1.

<sup>57</sup> Jornal nº129 de novembro de 1944, p.3.

<sup>58</sup> Jornal nº116 de outubro de 1943, p.3.

<sup>59</sup> Jornal nº158 de abril de 1947, p.1.

### **6.1. As reuniões de “Piedade” e “Formação”**

As reuniões eram o meio empregue em maior escala para dar formação às criadas. Uma vez que a O.P.F.C. tinha delegações no país inteiro; as maiores situavam-se na cidade de Bragança, Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Braga; Castelo Branco, Covilhã, Elvas, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Viseu, Portalegre e Póvoa do Varzim. As reuniões realizavam-se nas delegações existentes nessas cidades e eram o meio mais eficiente de formação, por razões económicas e de proximidade às associadas. Só mais tarde surgiram algumas escolas em cidades de maior dimensão<sup>60</sup>.

As sessões decorriam habitualmente aos domingos à tarde, horário que coincidia com o período de descanso das criadas, eram orientadas pelas “chefes de dezena” (dirigentes locais de cada núcleo O.P.F.C.) e possuíam carácter obrigatório para as associadas da Obra. A sua periodicidade e duração não eram rígidas, sendo definida por cada dirigente a calendarização do núcleo local que dirigia, devendo abranger sempre a formação moral e a profissional.

“As dirigentes procurarão ver o que mais convém no seu meio: se darem a formação moral nuns domingos e a profissional noutros, ou se poderão, em cada domingo, dividir o tempo de forma que tenham 15 ou 20 minutos de formação moral e o resto do tempo para a profissional e também para um bocadinho de recreio de que necessitam.”<sup>61</sup>

Não existia programa de ensino a ministrar nas reuniões. Surgem, no entanto, alguns artigos no jornal que se dirigem às “chefes de dezena” e lhes

---

<sup>60</sup> Em junho de 1946 a O.P.F.C contava com 72 delegações e dez casas de Santa Zita (jornal nº 149 de junho de 1946, p.2).

<sup>61</sup> Jornal nº119 de janeiro de 1944, p.2.

fornece, pontualmente, algumas orientações para as conduzir nesse trabalho, com particular incidência na formação moral.

As reuniões tentavam suprir a falta de uma formação, estruturada e com um programa definido, fornecendo a instrução possível, ainda que claramente insuficiente. Nelas se procedia aos ensinamentos de índole moral- religiosa e profissional preconizados pela O.P.F.C.

“ (...) e aonde não é possível, por enquanto, abrir a escola, vai fazendo com que nas reuniões dominicais de formação, se ensinem praticamente alguns serviços domésticos mais necessários...”<sup>62</sup>

“ (...) importa que nas reuniões de formação, aos domingos, se explique um ponto doutrinário de formação cristã, depois se ensine ora uma receita de culinária, ora como se passa a ferro, qualquer peça de vestuário...”<sup>63</sup>

Por outro lado, também os formadores, das reuniões de formação moral e formação profissional, eram selecionados de forma quase aleatória, na sua maioria eram voluntários oriundos de diversas proveniências. Estas funções poderiam ser exercidas por padres ou religiosas:

“Nos domingos de tarde, reunimo-nos no colégio Luso Britânico, onde as religiosas da companhia de S. Tereza, nos ensinam catecismo, leitura e escrita e temos também o ensino profissional.”<sup>64</sup>

As senhoras, voluntárias, também poderiam dar essa formação:

---

<sup>62</sup> Jornal nº117 de novembro de 1943, p.1.

<sup>63</sup> Jornal nº105 de novembro de 1942, p.1.

<sup>64</sup> Jornal nº121 de março de 1944, p.4.

“Há uma bondosa senhora que nos domingos nos ensina a ler e escrever e também nos vai ensinando trabalhos domésticos e costura.”<sup>65</sup>

Até as próprias criadas poderiam formar colegas:

“ Quanto a outros serviços e até nos mencionados, podem e devem as próprias criadas ensinar-se umas às outras.”<sup>66</sup>

À falta destes meios, indicava-se ainda a leitura e releitura do jornal “*Voz das Criadas*”, nas rubricas: culinária e tarefas domésticas, por qualquer pessoa que soubesse ler.

“Saibamos nós aproveitar os ensinamentos contidos nos «*Apontamentos duma aluna da Escola Doméstica*» na «*Maionese de Receitas* » e em tantos outros locais que se vão publicando”<sup>67</sup>

“Para que as opêfêcistas fossem aumentando os conhecimentos profissionais, bastaria, pois, que nas reuniões houvesse uma pessoa que lesse as receitas de cozinha, tantas vezes quantas fossem precisas para que tôdas as sócias as decorassem.”<sup>68</sup>

Nas reuniões, as matérias de formação constavam da aprendizagem de áreas tão diversas como doutrina religiosa, leitura, culinária, tarefas domésticas, corte e costura, e variavam consoante as necessidades de formação ou os recursos disponíveis.

Percebe-se, pelo conteúdo dos jornais, que esta formação estava longe de ser homogénea e consistente, por ser ministrada de forma informal e intuitiva, não

---

<sup>65</sup> Jornal nº121 de março de 1944, p.4.

<sup>66</sup> Jornal nº119 de janeiro de 1944, p.2.

<sup>67</sup> Jornal nº 117 de novembro de 1943, p.1.

<sup>68</sup> Jornal nº 119 de janeiro de 1994, p.2.



se podendo afirmar que se tratava de formação profissional na verdadeira aceção da palavra.

Apesar disso, não sendo a ideal, era a possível, dando assistência a uma classe profissional largamente ignorada até à data.

## **6.2. As escolas Domésticas da O.P.F.C.**

Só com a abertura das escolas domésticas, a primeira das quais a 3 de novembro de 1943 em Lisboa, a formação assume um carácter mais formal. Não obstante, esta cinge-se apenas a Lisboa e Porto, inicialmente, só depois se alarga a algumas cidades de maior importância, como por exemplo Coimbra, Bragança, Covilhã, Leiria, mantendo o mesmo carácter informal nas restantes localidades.

Esta formação tinha um carácter prático, de forma adequar-se melhor às características do seu público alvo:

“E não se julgue que esta aprendizagem é apenas teórica, cujos resultados seriam quase nulos em pessoas, na sua maioria, analfabetas, mas é iminentemente prática”<sup>69</sup>.

No programa da Escola Doméstica de Lisboa<sup>70</sup> podemos identificar seis temas: serviço de roupas, serviço de quartos, serviço de mesas, serviço de cozinha, puericultura e enfermagem.

Paralelamente à aprendizagem destes conteúdos, as criadas continuavam a frequentar as reuniões onde aprendiam a formação moral. A O.P.F.C. impunha estas reuniões às suas associadas como um dever (sob a pena de serem excluídas da instituição).

As escolas destinavam-se a dois tipos de público: às raparigas que queriam começar a servir e àquelas que já exerciam a profissão. Para as

---

<sup>69</sup> Jornal nº 178 de dezembro de 1948, p.1.

<sup>70</sup> Ver (Anexo 1), programa da Escola Doméstica de Lisboa, jornal nº 117 de novembro de 1943, p.3.

primeiras existia um regime interno com a duração de dois ou três meses, pago pelos pais ou, quando estes não tinham disponibilidade, pelas próprias quando começassem a servir:

“ (...) podem frequentá-las, primeiramente, as raparigas que vêm da aldeia para servir e que não sabem nada.

Podem ali ficar internas um, dois ou três meses, para depois se colocarem, sabendo já alguma coisa.

- E não pagam nada?

- Se elas ou os pais podem pagar, pagam; se não podem, pagam depois de estarem colocadas, e em prestações, conforme o que ganham.”<sup>71</sup>

As criadas já colocadas, mediante a autorização das patroas, assistiriam a estas aulas para aperfeiçoar conhecimentos.

“ (...) mas além destas, podem assistir às aulas as criadas que já estão a servir e que, com licença das suas senhoras, queriam aperfeiçoar-se no que já sabem.”<sup>72</sup>

Esta autorização nem sempre era concedida facilmente, ou de bom grado pelas patroas. Na p.3, do jornal nº 117 de novembro de 1943, apela-se ao esforço das criadas para obterem licença a fim de frequentarem as aulas, sugerindo argumentos que pudessem persuadir as senhoras da utilidade das mesmas. Em diversos artigos se argumenta em relação às vantagens para as patroas em permitirem a formação:

“(...) na escola doméstica podia trabalhar para a senhora (...) podemos fazer lá as nossas batas e aventais, podemos cerzir qualquer peça de roupa das senhoras, podemos fazer vestidinhos para os meninos, etç (...) Se frequentarmos as aulas de malhas, podemos lá fazer blusas, camisolas, etç. Se frequentarmos as aulas de cozinha, podemos lá fazer

---

<sup>71</sup> Jornal nº 117 de novembro de 1943, p.2.

<sup>72</sup> Idem

sobremesas e certos pratos. Se frequentarmos as aulas de lavagem e cuidados de roupas, podemos tirar nódoas, bornir ou passar a ferro etc.”<sup>73</sup>

Deduzimos, pela análise do jornal que, apesar da renitência das patroas em deixar as criadas frequentarem as aulas, a formação profissional era reconhecida como útil, sendo as criadas formadas pela obra extremamente solicitadas:

“A frequência é consoladora, sendo as próprias senhoras que, apreciando os bons frutos que colhem, mandam as suas criadas e lhes pagam as aulas (...)

São tantos, tantos os pedidos de criada e pedem-nos com tanto interesse, que chegamos a ter pena de não podermos satisfazer pedidos que nos parecem tão urgentes e necessários. Mas é impossível porque o nosso papel é formar as criadas de modo a conservá-las nas casas o mais possível, e não fazer negócio como numa agência de colocações.”<sup>74</sup>

Neste extrato podemos ainda observar a preocupação com a fixação das criadas a um posto de trabalho, em consonância com o discurso político de estabilidade social proclamado pelo Estado Novo.

---

<sup>73</sup> Jornal nº 105 de novembro de 1942, p.2.

<sup>74</sup> Jornal nº 130 de dezembro de 1944, p.4.



## **7. Direitos, deveres, tarefas e responsabilidades das criadas.**

Na maior parte dos casos, a “criada de servir” era a única empregada da casa, tal como constatámos no capítulo da formação. Sobre ela recai todo o serviço doméstico. Dentro de casa ela tem de ser cozinheira, criada de sala, empregada de limpeza, ama das crianças e enfermeira dos doentes.

A título ilustrativo, podemos enumerar os deveres e tarefas a desempenhar por uma criada de sala descritas no jornal ao longo de seis artigos<sup>75</sup> que ocupam aproximadamente meia página, cada um.

Todos os dias a criada de sala teria de levantar-se por volta das 7horas, fazer a sua cama, vestir-se e cuidar da sua higiene, arranjar a mesa ou tabuleiro do pequeno almoço, preparar a água quente ou banho para os patrões; acordar os patrões à hora que eles lhe indicarem, lavar e arrumar a loiça do pequeno almoço; arranjar os quartos - abrir as janelas, sacudir a roupa da cama, arejar o colchão, fazer os despejos, limpar e bater os tapetes pequenos (os grandes uma vez por semana), fazer as camas, despejar cinzeiros, mudar flores, varrer ou passar o chão com espanador ou pano de lã, limpar o pó, limpar e engraxar os sapatos, limpar passar e tirar nódoas à roupa usada no dia anterior, limpar as casa de banho, pôr as toalhas a secar ao sol; limpar a sala de jantar, sala de estar, corredor e “hall”; arranjar a mesa para o almoço; servir o almoço; limpar a sala; lavar a loiça do almoço; lavar as roupas; coser e pontear as roupas que necessitassem; servir o lanche; lavar a loiça do lanche; passar a ferro, pôr a mesa do jantar. Tinha ainda de proceder a limpezas gerais diversas, durante a semana e atender os senhores ou à porta sempre que fosse necessário.<sup>76</sup>

Se desta extensa lista constam apenas as tarefas da criada de sala, podemos imaginar as inúmeras tarefas que a criada teria de realizar quando se lhes adiciona as atribuições de cozinheira, ama e enfermeira. Se tivermos ainda em conta que as raparigas começam a trabalhar com dez anos, ou mesmo antes,

---

<sup>75</sup> Jornal nº 171 de maio de 1948 a nº 177 de novembro de 1948

<sup>76</sup> Jornais 171 de maio 1948 a novembro a nº 177 de novembro de 1948, p.3.

podemos avaliar o peso avassalador que esse trabalho representava para as criadas.

Para além de obedecerem aos patrões, dedicando-se ao cumprimento das tarefas que lhes são destinadas, com perfeição, tinham ainda a obrigação de ser pontuais<sup>77</sup>, metódicas<sup>78</sup> e demonstrarem fidelidade e honestidade.

“... todo o tempo aos seus patrões, seja fiel, honesta, dedicada, respeitadora e obediente, qualidades indispensáveis a uma boa criada...”<sup>79</sup>

Encontramos, uma vez mais, a disciplina imposta às criadas, através da enumeração de regras. O discurso da Igreja vai ao encontro do respeito da hierarquia e das elites:

“Zelemos os interesses da casa, estimemos o que nos está confiado, poupemos o mais possível, sabendo aproveitar tudo e nada estragando. Depois, no trabalho, sejamos diligentes, asseadas, ordenadas e procuremos fazer tudo com a maior perfeição de que formos capazes.”<sup>80</sup>

Economizar era outra das suas obrigações. O ideário político da época assim o estipulava, no jornal encontramos diversas referências que apelam a este espírito de economia:

“Fazes muito bem em voltar o casaco. Mas fazes mal em o mandar voltar, porque tu pessoalmente é que o devias voltar”<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> Jornal nº 122 de abril de 1944, p.2.

<sup>78</sup> Jornal nº132 de fevereiro de 1945, p.2.

<sup>79</sup> Jornal nº 123 de maio de 1944, p.1.

<sup>80</sup> Jornal nº 117 de novembro de 1943, p.1.

<sup>81</sup> Idem, p.2

“ As secções mais apreciadas foram, no serviço de roupas os consêrtos e transformações, onde se revelaram o espírito de economia e o bom gosto, pois pareciam peças novas”<sup>82</sup>.

“A culinária foi alvo dos maiores elogios, já pela habilidade e bom gosto que revelava, já pelo espírito de economia que manifestava”<sup>83</sup>.

Também encontramos adágios populares, que espelham o mesmo espírito de poupança:

“Remenda o teu pano e chegará para o ano; e torna-o a remendar e tornará a chegar”<sup>84</sup>.

“Quem não poupa água nem lenha, não poupa nada que tenha”<sup>85</sup>.

Estes apelos à poupança tornavam-se ainda mais necessários com a escassez de muitos bens provocada pela II Guerra Mundial ou pelo racionamento a que estavam sujeitos determinados produtos, como era o caso do pão<sup>86</sup>:

“Hoje não se trata apenas de poupar por espírito de economia, temos grande dificuldade em encontrar o que nunca faltou no mercado...”<sup>87</sup>

Conjuntamente, as obrigações referentes a Deus, impostas como obrigatórias pela O.P.F.C., constituíam uma parte significativa do emprego do seu tempo. A criada devia rezar: as orações da manhã, durante o dia dizer muitas

---

<sup>82</sup> Jornal nº 124 de junho de 1944, p.3.

<sup>83</sup> Jornal nº 124 de junho de 1944, p.2.

<sup>84</sup> Jornal nº 117 de novembro de 1943, p.2.

<sup>85</sup> Jornal nº 132 de fevereiro de 1945, p.2.

<sup>86</sup> No jornal número 123 de maio de 1944, p. 3, publicou-se um aviso acerca do racionamento de pão e da forma como as criadas devem proceder em relação às cartas de racionamento individual aquando da mudança de residência.

<sup>87</sup> Jornal nº 132 de fevereiro de 1945, p.2.

”jaculatórias” e rezar o terço, à noite, ir à missa pelo menos aos domingos e “dias santos de guarda”, confessar-se e comungar. Para além destas, as associadas da obra deveriam “assistir às reuniões de formação” (também estas de formação moral/religiosa) e ainda “ser apostolas no meio das suas companheiras”.

### **7.1- Condições laborais**

As empregadas domésticas foram, quase sempre, consideradas como seres inferiores por necessitarem de servir para viver. Muitas vezes, maltratadas e exploradas no seu trabalho, sentem na pele o desprestígio social da sua ocupação e a vergonha perante a sua condição. Na década de quarenta do Séc. XX em Portugal, esta realidade continuava a ser intensamente sentida pelas criadas:

“Encontram-se por vezes criadas desalentadas, desanimadas, e, quantas vezes, como que revoltadas ora contra a sua situação de criada que julgam ser deprimente ou vexatória, ora contra quaisquer acontecimentos que a fizeram sofrer.

Não é raro também encontrarem-se algumas companheiras que se melindram e desgostam profundamente, quando são ou se julgam esquecidas ou desprezadas por esta ou por aquela pessoa”<sup>88</sup>.

O trabalho das criadas de servir tem a particularidade de ser exercido dentro da casa onde coabitam com os patrões, na esfera privada de cada família. No jornal afirma-se:

---

<sup>88</sup> Jornal nº 120 de fevereiro de 1944, p.1.



“A criada faz parte da família e por isso vive portas a dentro como filha adoptiva da família.”<sup>89</sup>

O facto de serem aqui, muitas vezes, chamadas de “filhas adotivas” das famílias não lhes confere um tratamento como igual, pois a criada rege-se por códigos de conduta bem diferentes, tem deveres e responsabilidades que só a ela pertencem. Esta situação de “adotiva”, por um lado, inclui-as na engrenagem familiar por serem necessárias ao seu funcionamento e, por outro, afasta-as por serem oriundas de um meio exterior e não possuírem aí condições de igualdade.

No que se refere a esta relação, Sandra Graham afirma que o facto de as criadas não pertencerem à família nem serem a ela totalmente estranhas lhes confere um espaço ambíguo entre os dois extremos<sup>90</sup>.

Em relação à conduta da criada existe sempre desconfiança e à sua chegada são associados inúmeros problemas:

“(…) se ela tiver maus hábitos, se estiver pervertida e cheia de falsos preconceitos, se, enfim, fôr uma desorientada, contagiará, perverterá e desorientará as famílias por onde for passando.

E quantos estragos de ordem moral, material e social podem deixar atraz de si!!”<sup>91</sup>.

Como tivemos ocasião de constatar, tanto no contexto doméstico como social, o estatuto dos patrões é claramente superior ao das criadas, o que se reflete no estabelecimento das condições de trabalho. As criadas, habituadas a obedecer, aceitam as regras impostas pelos patrões, tornando-se dependentes da boa vontade ou dos caprichos por eles manifestados. Se nuns casos as criadas eram consideradas como “quase” membros da família, outras eram as situações em que estas eram autênticas escravas.

---

<sup>89</sup> Jornal nº 119 de janeiro de 1944, p. 4.

<sup>90</sup> Graham, 1992, p.41.

<sup>91</sup> Jornal nº 127 de setembro de 1944, p.1.

A partir do momento em que entravam na casa dos senhores, pressupunha-se que as raparigas aceitavam as suas regras e ficavam sujeitas às suas vontades, quaisquer que estas fossem, sem contestação, deixando de poder dispor de tempo próprio. Referindo-se às patroas, podemos ler o seguinte:

“ (...) Bem vêes que nós, estando ao seu serviço e estando elas a pagar-nos, não podemos dispor do nosso tempo livremente, porque não é nosso mas dos patrões”<sup>92</sup>.

O número de horas, a que se refere o tempo acima mencionado, não se encontra definido, mas ultrapassa frequentemente as quinze horas de trabalho, e varia consoante os afazeres da criada ou os caprichos dos patrões. Podemos ler várias passagens no jornal que atestam essa realidade:

“ (...) tendo de suportar o peso do trabalho, em dias que vão, tantas vezes, desde as 6, 7 e 8 da manhã até à meia noite, quando não é até à 1 e 2 da madrugada do dia seguinte”<sup>93</sup>

“ (...) nós criadas, que temos todo o tempo ocupado, desde de manhã até altas horas da noite, com as obrigações do nosso estado”<sup>94</sup>.

Quando tinham de tratar de doentes, este tempo dilatava-se ainda mais, tendo as criadas a obrigação de velar, se fosse necessário, a noite inteira. No dia seguinte teriam de continuar a realizar as suas tarefas habituais quer tivessem ou não repousado na noite anterior.

O seu único período de descanso era habitualmente ao domingo à tarde (horário no qual a O.P.F.C. fazia a formação das criadas), tendo de regressar a

---

<sup>92</sup> Jornal nº 105 de novembro de 1942, p.2.

<sup>93</sup> Jornal nº 118 de dezembro de 1943, p.1.

<sup>94</sup> Jornal nº 104 de outubro de 1942, p.1.

casa à hora indicada pela patroa,<sup>95</sup> e também este mediante a concessão dos patrões se assim o entendessem:

“(...) passam 8 ou 15 dias em casa, no trabalho (...),  
quando as autorizam a sair(...)”<sup>96</sup>

Se o horário não está definido, as férias seguem a mesma lógica, não havendo lugar a esse direito. Na maior parte dos casos, as criadas acompanhavam os patrões durante todo o ano para onde quer que eles se deslocassem e fosse qual fosse o motivo dessa deslocação, como podemos verificar nos dois excertos que se seguem.

“ Estamos em pleno verão, época do ano em que tanta gente se desloca de uma para outra localidade (...)

Este vai-vem de gente atinge também as criadas que vivendo como pessoas de família no seio das que servem, as acompanham para onde quer que vão”<sup>97</sup>.

“Têm estado muitas sócias ausentes, a maior parte para as aldeias e campo, onde foram fazer as vindimas com os seus senhores e também a colheita do milho temporão”<sup>98</sup>.

Esta ausência de definição de horários verifica-se devido a uma lógica segundo a qual o tempo não pertence às criadas. Trata-se, pois, de ocupar todo o tempo exercendo-se, sobre ela, um apertado controlo: “O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício” (Foucault, 2011, p.145),

Também na mudança de residência, uma vez que não possuíam casa própria e a família vivia longe, as criadas acompanhavam os senhores:

---

<sup>95</sup> Jornal nº117 de novembro de 1943, p.2.

<sup>96</sup> Jornal nº130 de dezembro de 1944, p.3.

<sup>97</sup> Jornal nº 114, p.1

<sup>98</sup> Jornal nº 116, p.4

“Retirou para Évora, com os seus patrões, a opêfêcista Maria Rosalina do Carmo, que durante um ano foi nossa companheira e nos deixou muitas saudades”<sup>99</sup>.

Como dependiam da boa vontade dos senhores, por vezes eram autorizadas a passar férias, mas como veremos a seguir, trata-se de exceções:

“ – Saio ainda hoje para a minha terra. Há quatro anos que lá não vou e os meus senhores êste ano dão-me licença de lá ir passar o mês que eles vão passar à praia.

- Vês, como tens sorte.

- Desta vez tive”<sup>100</sup>.

“... em Agosto a minha senhora deixou-me sair três semanas”<sup>101</sup>.

Como pudemos constatar, ao longo desta reflexão, o trabalho das criadas é entregue de forma absoluta aos patrões que dele se apossam, tal como se apropriam do corpo, trabalho, moral, consciência, emoções, enfim, da própria vida das raparigas.

Os salários, também estes decididos de forma unilateral pelos patrões e acompanhavam a tendência geral do país<sup>102</sup>, sendo bastante baixos, tal como o jornal nos indica ao relatar os gastos de uma criada para ir à terra:

(...) Com a viagem, com o vestido que mandei fazer, porque queria ir bem preparada, com os sapatos, e com o que levei e por lá deixei, foram-se-me embora quási setecentos escudos!...

Ora vês, foi o ordenado de quási um ano”<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> Jornal nº 117, p.4

<sup>100</sup> Jornal nº 126, p.3

<sup>101</sup> Jornal nº 129, p.3

<sup>102</sup> Salazar afirma na entrevista concedida a Ferro: “(...) a economia portuguesa é bastante limitada, os lucros são modestos, as remunerações fracas e o nível geral de vida necessariamente baixo.” (Ferro, 1933, p.116).

<sup>103</sup> Jornal nº 120 de fevereiro de 1944, p.3

Até para as despesas mais básicas esses salários se revelam insuficientes<sup>104</sup>.

“É certo que temos cama e mesa, mas o calçado, o vestuário e as pequenas coisas que cada dia são precisas, custam tanto que, para muitas, é uma grande dificuldade o governar a sua vida<sup>105</sup>.

Apesar destas más condições não existiam reivindicações por parte das raparigas nem das suas famílias: “...As exigências no plano das remunerações dificilmente são postas pelos pais, visto que se dão por satisfeitos em haver uma boca a menos para dar de comer e à rapariga é lembrado que se deve contentar por já ter comida e dormida, durante o tempo de aprendizagem, o qual parece nunca acabar. Os pais delegam o seu poder paternal nos patrões.” (Meersschaert, 1986, p.637)

Esta ausência de reivindicação é também justificada pelo desconhecimento das criadas face aos seus direitos e pela incapacidade reivindicativa, uma vez que Salazar aboliu o livre associativismo e o direito à greve. Tal como afirma Arendt: “(...) os movimentos totalitários usam e abusam das liberdades democráticas com o objetivo de as suprimir(...) As liberdades democráticas podem basear-se na igualdade de todos os cidadãos perante a lei; mas só adquirem significado e funcionam organicamente quando os cidadãos pertencem a agremiações ou são representados por elas, ou formam uma hierarquia social e política” (Arendt, 1978, p.400). No Estado Novo verifica-se também a supressão da liberdade reivindicativa das criadas, uma vez que nenhuma das condições que a torna possível se encontra reunida.

---

<sup>104</sup> Lopes menciona: “(...) Portugal até, pelo menos à década de 1950 - as despesas de consumo das famílias, excepto as de rendimentos mais elevados, vão quase exclusivamente para as necessidades essenciais. Gasta-se quase tudo em alimentação, habitação e vestuário e, mesmo assim, muitas vezes essas necessidades não são adequadamente satisfeitas.” (1977, p.294)

<sup>105</sup> Jornal nº 117 de novembro de 1943, p.1.

Indo ao encontro da política do Estado que apelava ao conformismo social, no campo dos direitos, as criadas eram instruídas pela O.P.F.C. a não reivindicarem, considerando até perigoso ensinarem-nas a fazê-lo:

“A maneira mais prática e eficaz de defender o interesse das criadas não é falar-lhes dos seus direitos e ensiná-las a reclamá-los. Enveredar por tal caminho, era imprudência que podia ter as piores consequências”<sup>106</sup>.

A solução, adotada pela Obra para este caso, passava pela formação das criadas, total obediência, submissão aos patrões e cumprimento perfeito das tarefas que lhe eram destinadas. No jornal nº 117, de novembro de 1943, encontramos um artigo sobre como aumentar o ordenado, sem reivindicações, sendo reconhecidas pelos patrões que, como consequência, as aumentariam:

“ (...) porque hoje em dia as criadas que seguem êste critério são poucas; e por isso os patrões, quando apanham uma com este modo de proceder, estimam-na, dão-lhe bom ordenado, gratificam-na bem e teem generosidades com ela que não teriam se fosse teimosa, desobediente e não soubesse fazer em modo o seu dever.”<sup>107</sup>

Assistimos, assim, a mais uma forma de controlo no discurso da Igreja que visa o conformismo à ordem vigente e a submissão das criadas à vontade dos seus senhores. Este controlo foi exercido pelo Regime Salazarista que o impôs a todas os setores da vida nacional, nomeadamente à Igreja Católica, através de três dispositivos que Martins apelida de “Dispositivo Ético”<sup>108</sup>,

---

<sup>106</sup> Jornal nº 134 de abril de 1945, p.4.

<sup>107</sup> Jornal nº 117 de novembro de 1943, p.1.

<sup>108</sup> Nas palavras de Martins: “Através de um conjunto de táticas que constituem o que nós chamamos aqui de dispositivo ético, um projeto humanista de matriz religiosa converte-se em objetivo estratégico do Estado.

A associação de um projeto religioso e de um objetivo estratégico do Estado processou-se através de uma série de deslocções e transformações discursivas, expressas na regularidade de uma distribuição táctica. E como consequência, pelo efeito dos mecanismos disciplinares do dispositivo ético, política e religião vão passar a conviver permanentemente no campo uma da outra. Repassando intensivamente o corpo nacional, os mecanismos da disciplina ética não darão de facto trégua à «crise dos valores

“Dispositivo Eugénico”<sup>109</sup> e “Dispositivo Alético”<sup>110</sup>. Tais instrumentos permitirão o controle e a sujeição do “corpo nacional” (Martins, 1990, p.64-66)

## 7.2. O Apoio Social

O Estado Novo delegava as funções de assistência social na iniciativa privada. Não existiam, como regime geral, pensões de sobrevivência ou desemprego, assistência médica ou materno-infantil.<sup>111</sup> O jornal dá-nos conta desta situação da seguinte forma:

“Não pode o Estado fazer tudo; há mesmo muitas coisas para a realização das quais é simplesmente incompetente o Estado. O Estado - previdência aparece apenas quando os despersonalizados, incapazes e mandriões cidadãos já perderam as suas liberdades individuais”<sup>112</sup>.

Este apoio era deixado nas mãos dos privados, normalmente mulheres que se dedicavam à chamada “maternidade espiritual” que pertenciam a instituições ligadas à igreja católica, sendo a O.P.F.C. uma delas. No jornal é descrito como uma forma de pacificar a sociedade e fazendo parte das suas obrigações cristãs:

---

ocidentais», combatendo a irracionalidade, isto é, as «revoltas da matéria», as «aberrações da inteligência», a ameaça de uma nova «barbaria» que tudo corrompe» ” (1990, p. 67-68).

<sup>109</sup> “ O dispositivo eugénico está fundamentalmente subordinado aos imperativos de uma moral de inspiração católica, da qual retoma as clivagens, sob a forma de normatividade da virtude, das sanções da família, da história da pátria, do prestígio da autoridade e da glória do trabalho. O funcionamento de uma disciplina supõe, com efeito, um dispositivo que constranja pelo olhar, um aparelho em que as técnicas que permitem ver induzam efeitos de poder, e em que, em contrapartida, os meios de coação tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Ora, enquanto dispositivo tático, a moral católica funciona no discurso Salazarista como a instância disciplinar perfeita” (Martins, 1990, p.87)

<sup>110</sup> O dispositivo alético “A fé num real que é dado a ver e que se faz ouvir” (Martins, 1990, p.105).

<sup>111</sup> Rosas, 1994, p.99.

“ (...) deixar os pobres e humildes ao abandono e com fome, é agravar a questão social que é preciso resolver dando cristãmente antes de o exigirem violentamente.”<sup>113</sup>

Na maioria dos jornais analisados, aparecem referências à falta de previdência das criadas e à situação de vulnerabilidade a que ficavam sujeitas no desemprego, doença e velhice:

“ (...) nós, as criadas, estávamos mal habituadas, porque só pensávamos em ganhar para gastar, sem nunca pensarmos no dia de amanhã. Como temos cama e mesa garantidas e o ordenado de cada fim do mês chega para vestir bem e calçar do melhor, esquecemo-nos do futuro e pensamos que a vida continua sempre assim” <sup>114</sup>.

“Mas porque gastaram tudo em luxo, em bagatelas e bugigangas, vivendo como ricas ou bonecas de montra e não souberam poupar, andam agora rotas e esfarrapadas, sujas e nojentas, sendo a vergonha da sociedade e causando nojo a toda a gente.”

“(...) tantas companheiras nossas que andaram a servir e quando chegaram à velhice encontraram-se apenas com o dinheiro preciso para comprar uma cesta, afim de irem de porta em porta pedir esmola”<sup>115</sup>.

Face a estas circunstâncias, a O.P.F.C assume-se também como uma obra de previdência das criadas.

---

<sup>112</sup> Jornal nº176 de outubro de 1948, p.4, transcrevendo um artigo “*A criada de servir e a O.P.F.C.*” do semanário “*Reconquista*”

<sup>113</sup> Jornal nº 124 de junho de 1944, p.1.

<sup>114</sup> Jornal nº104 de outubro de 1942, p.2.

<sup>115</sup> Idem.



Propõe prestar-lhes assistência na doença, no desemprego, no “gozo de repouso higiénico” e “fomentando o seu espírito de previdência e mutualidade”<sup>116</sup>. Este auxílio era prestado às associadas da obra mediante o pagamento de uma quota mensal e bom comportamento moral.

Quanto à assistência na doença, a Obra criou postos médicos que facultavam consultas preventivas, tratamentos, assistência domiciliária e internamentos<sup>117</sup>, como nos dá conta em múltiplas situações o jornal:

“-Vou para a casa de Santa Zita, que hoje é dia de consulta para ser examinada pelo médico da Obra (...)

-Essa consulta tem dois fins: tomar as precauções e empregar os meios precisos para evitar certas doenças e andar sempre vigiada por médico competente...”<sup>118</sup>

“As criadas acorrem em grande número aos seus consultórios vários dias na semana, não apenas para consultas nas ainda para injeções e tratamentos”<sup>119</sup>.

As criadas recebiam ainda, segundo os mesmos estatutos, auxílio na aquisição de medicamentos e na realização de análises e radiografias.

Paralelamente deveriam rezar e seguir os preceitos da igreja para que a doença não chegasse:

“ Os males do corpo são muitas vezes o último eco dos males da alma. Se queres ter um corpo são conserva a saúde da tua alma. A doença e a dor, diz a Sagrada Escritura, entraram no mundo pela porta do pecado.”<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Artigos 2º e 5º do Capítulo I do Regulamento da O.P.F.C, jornal nº151 de setembro de 1946, p.2.

<sup>117</sup> Artigo 7º, idem.

<sup>118</sup> Jornal nº 142 de dezembro de 1945, p.3.

<sup>119</sup> Jornal nº 144 de fevereiro de 1946, p.3.

<sup>120</sup> Idem.

As criadas poderiam ainda permanecer gratuitamente nas casas de Santa Zita<sup>121</sup>, estando em convalescença, desempregadas ou para descanso, nos termos que passamos a transcrever:

“1º - (...) durante dez dias em caso de desemprego, e outros dez no caso de convalescença, ou vinte neste último caso, se não tivesse feito uso do direito aos primeiros;”<sup>122</sup>

“3º - (...) não podendo porém, as desempregadas estender a sua permanência além de um mês, nem as convalescentes por mais de dois meses, a não ser mediante autorização e pagamento de uma diária compensadora da despesa, ou por concessão especial motivada por serviços relevantes prestados à obra.”<sup>123</sup>

Para além destes direitos recebiam ainda, segundo o mesmo estatuto, subsídio de desemprego, casamento e funeral. Do primeiro e do último nada se diz no jornal, mas do segundo sabemos que a quantia recebida eram cem escudos<sup>124</sup>.

A gestão dos escassos recursos, da Obra, leva a que se trate das necessidades mais prementes e que se exerça sobre tudo e todos um controlo total de modo a promover a economia dos recursos. Devido a esse esforço económico, eram impostas restrições de tempo no apoio ao desemprego e à doença. Dados os limitados recursos das criadas, interrogamo-nos acerca daquilo que lhes sucederia se estas situações se prolongassem para além dos dois meses regulamentares e as criadas deixassem de poder pagar. Sem diretamente o expor, o jornal dá-nos algumas pistas ao justificar os cuidados que as criadas devem ter para não adoecerem:

---

<sup>121</sup> Artigo 8º do Capítulo I do Regulamento da O.P.F.C, jornal nº151 de setembro de 1946, p.2.

<sup>122</sup> Capítulo IV do Regulamento da O.P.F.C, idem.

<sup>123</sup> jornal nº151 de setembro de 1946, p.2.

<sup>124</sup> Jornal nº106 de dezembro de 1942, p.3.

“ (...) para que se não inutilize e não venha a ser ou um pesado encargo para a família que serve, ou uma infeliz abandonada e sem recursos para se tratar”.<sup>125</sup>

“(...) Quantas criadas há que ou não têm família ou é muito pobre e se afige com o pensamento de que podem amanhã ver-se inutilizadas por doença, ou pela velhice e não terem recursos para se sustentarem”<sup>126</sup>.

Destas passagens, podemos concluir que o destino das criadas que sofriam doença prolongada seria regressarem à família de origem, quando tal era possível; ficarem com a família que serviam ou serem abandonada à sua sorte.

No que respeita ao espírito de previdência e mutualidade, as associadas eram obrigadas a fazerem e depositarem as poupanças mensais regulamentadas pela obra, sob pena de serem expulsas se não cumprissem tais disposições<sup>127</sup>:

“As associadas são obrigadas a constituir, através do Secretariado de Previdência, o seu fundo pessoal de economia, contribuindo para ele, ao menos com 10% das suas soldadas mensais.”<sup>128</sup>

As contas eram abertas em nome das criadas, mas os depósitos eram feitos pelas dirigentes da delegação local. Estas eram ainda autorizadas a movimentar as contas<sup>129</sup> com base na falta de tempo das criadas:

“ (...) no futuro a associada não precisa de perder tempo, para ir à caixa depositar as suas economias, pois as pessoas autorizadas é que ficam com esse trabalho.”<sup>130</sup>

---

<sup>125</sup> Jornal nº 123 de maio de 1944, p.2.

<sup>126</sup> Idem

<sup>127</sup> Jornal nº104 de outubro de 1942, p.3.

<sup>128</sup> Jornal nº108 de fevereiro de 1943, p.10.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Ibidem, p.2.

Esse dinheiro era controlado pela Obra, só podendo as criadas aceder a ele mediante as condições estipuladas. No artigo 12º do regulamento afirma-se:

“ 2º- As associadas só poderão dispor da reserva obrigatória de 10% para os seguintes fins:

- a) Compra de enxoval ou dote de casamento, se a associada o vier a contrair;
- b) Ocorrer a necessidades imprevistas, pessoais ou dos seus ascendentes;
- c) Satisfazer necessidades da sua invalidez, constituir lutuosa, ou disposição de última vontade.”<sup>131</sup>

No jornal estabelece-se uma percentagem diferente:

“Nenhuma sócia poderá levantar anualmente do seu depósito quantia superior a 25% do saldo, a não ser para tratamento de doença própria ou dos pais, para constituir família ou para sair da associação.”<sup>132</sup>

Apesar da disparidade percentual entre um e outro documento, podemos verificar que as criadas não podiam dispor livremente das suas economias, necessitando sempre de se justificar perante a obra e de se sujeitar aos seus critérios para usufruir daquilo que era seu por direito. Deste modo, controlam-se simultaneamente as criadas, também pela via económica.

No entanto, ainda que com limitações e obrigações de índole diversa para as raparigas, às criadas era prestado pela O.P.F.C. um apoio que nenhum organismo público se dignava conceder-lhes. Apesar de todos os constrangimentos, era preferível usufruir de alguma proteção social do que não ter nenhuma.

---

<sup>131</sup> Jornal nº151 de setembro de 1946, p.2.

<sup>132</sup> Jornal nº 107 de janeiro de 1943, p.3.

## 8.Relações profissionais

À criada exigia-se, em primeiro lugar que possuísse um comportamento exemplar:

“Tem bom comportamento profissional a criada que é respeitosa, obediente e dedicada aos senhores e que tem bons serviços, que é diligente, ordenada e assejada.”<sup>133</sup>

Exigia-se ainda correção de linguagem:

“ No falar: servir-se dos verdadeiros termos, saber o nome das coisas; recato no falar, isto é dizer só o que precisa e referir-se ao que fôr necessário sem empregar termos baixos ou nomes que não são uso pronunciar-se. Obriga êste ponto a um grande cuidado e vigilância no que se diz e como se diz”<sup>134</sup>.

Dão-se instruções em relação ao que se diz, tornando-se necessário vigiar o conteúdo e a linguagem usada:

“ Nunca devíamos empregar a língua para mentir, praguejar, murmurar, malsinar as intenções ou acções do próximo, para descobrir os defeitos alheios, caluniar ou injuriar, nem tão pouco para dizer palavrões ou ter conversas impuras ou deshonestas. (...) Procuremos, pois, criadas cristãs, vigiar e refreiar, a nossa língua, para que só a empreguemos no bem.”<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> Jornal nº107 de janeiro de 1943, p.2.

<sup>134</sup> Jornal nº 138 de agosto de 1945, p.2.

<sup>135</sup> Idem. P. 1.

O comportamento da criada de servir deveria obedecer a preceitos e regras definidas. O jornal indica-nos explicitamente os comportamentos adequados na rúbrica de etiqueta.

Na presença dos seus patrões deveriam manter-se o “aprumo”, posição vertical e quase estática:

“ Quando uma criada vai à presença das suas senhoras, deve procurar conservar-se de pé e aprumada.

Por conseguinte: - não se encosta, não mete as mãos debaixo dos braços, mas conserva-os caídos, direitinhos, encostados ao corpo, não está a olhar para os lados ou com quaisquer atitudes menos respeitosas.

Se, por qualquer motivo, a senhora a mandar sentar, agradece com um muito obrigada, minha senhora - e sentando-se diz: - Com licença.

Uma vez sentada, não cruza a perna, porque isso seria uma indelicadeza.”<sup>136</sup>

Para transmitir e receber os recados, aconselha-se a mesma atitude, proximidade em relação ao seu interlocutor, e ainda um tom de voz baixo:

“ Os recados não são gritados da cozinha para a sala, nem dos corredores para os quartos.

Mas junto da pessoa, sem nos apoiarmos às portas nem às paredes, as mãos caídas ao longo do corpo e êste direito, sem trejeitos ou requebros, sem falar alto, tanto quanto é preciso para ser ouvido o recado, diz-se o que se pretende e ouve-se com cuidado”<sup>137</sup>.

---

<sup>136</sup> Jornal nº 154 de dezembro de 1946, p.2.

<sup>137</sup> Jornal nº 114 de agosto de 1943, p.2.

Todos estes comportamentos exigidos à criada afirmam-se sob a forma de disciplina corporal, na qual todos os gestos e atitudes se devem controlar. Nesse processo, todo o detalhe é relevante: “(...) o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso e inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. (Foucault, 2011. P.147)

Em relação às conversas dos patrões, deve proceder como se as não ouvisse e abster-se de dar opiniões:

“Uma criada bem educada não se intromete nas conversas dos senhores.(...) Intrometer-se, é indelicadeza; dar a sua sentença a aprovar ou desaprovar, (...) é fazer-se doutora, saindo do seu lugar (...)”<sup>138</sup>

Mesmo na ausência dos patrões, deveriam as criadas prestar aos senhores a devida reverência:

“ Quando uma criada se refere à senhora, mesmo na ausência, deve ser por forma respeitosa. Deve, por isso dizer: - A senhora disse” e não “Ela disse”. “A Senhora D. Maria ou Amélia” e não a “D. Maria ou D. Amélia”<sup>139</sup>

O respeito e a obediência são a base essencial nesta relação:

“Com os patrões, procuraremos ser respeitosas e obedientes ao máximo, nunca lhes respondendo nem tendo a menor falta de atenção ou respeito.”<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> Jornal nº 158 de abril de 1947, p.2.

<sup>139</sup> Jornal nº 153 de novembro de 1946, p.2.

<sup>140</sup> Jornal nº 117, de novembro de 1943 p.1.

“ O que importa é que tenhamos espírito de obediência, para fazermos tudo como os senhores nos mandam e não como nós queremos e desejamos.

Pode haver criadas que se convençam de que, no serviço doméstico, sobretudo de cozinha sabem mais do que as senhoras e se tornem por isso teimosas e amigas de fazer a sua vontade. Mas não deve ser assim”<sup>141</sup>.

Neste último excerto podemos encontrar novamente a disciplina corporal, uma coerção dirigida simultaneamente ao corpo e à vontade das criadas. Tal como afirma Foucault: “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe. Uma «anatomia política», que é também uma «mecânica de poder» está nascendo, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer (...)” (Foucault, 2011, p.133)

Para lidar com situações mais delicadas, aconselha-se calma e serenidade:

“ A boa educação manda que, ainda mesmo quando nos ofendem, injuriam ou desgostam, nos conservemos calmas, e apresentemos as nossas razões serenamente.”<sup>142</sup>

Este tratamento deveria também alagar-se a todos os habitantes da casa. Referindo-se aos restantes empregados da casa podemos ler:

“ Procuremos aperfeiçoar-nos em tudo, tudo. Tratarmos com delicadeza, com correcção e com bons modos, não só os patrões como o pessoal da casa.”<sup>143</sup>

---

<sup>141</sup> Jornal nº 130 de dezembro de 1944, p.3.

<sup>142</sup> Jornal nº 152 de outubro de 1946, p.2.

<sup>143</sup> Jornal nº 148 de junho de 1946, p.2.



Em relação aos comportamentos a ter com as crianças, menciona ainda prudência ao vestir e despir e cuidados com as conversas:

“ Devem por conseguinte, usar de maior modéstia no vestir e despir, quando durmam no seu quarto; evitar conversas imprudentes e muito mais as abertamente deshonestas; se tiverem namoro, não devem falar com êle diante das crianças, nem tão pouco devem falar às crianças como já tenho presenciado, em rapazes, em caça a rapazes, etç. etç.(...)”<sup>144</sup>

“Não sejam bruscas nem se habituem a falar-lhes aos berros.(...) A melhor forma de as convencer é levá-las pelo coração”.<sup>145</sup>

Para além destas formas de atuação, deveriam ainda ser discretas quanto à vida dos senhores:

“ Como vivemos dentro da casa dos nossos patrões, podemos ir conhecendo e sabendo muita coisa que não convém que se saiba. Por isso devemos guardar segredo, não contando nada daquilo que se passa nas casas que servimos”<sup>146</sup>.

Através do que foi dito, podemos constatar que a criada de servir deveria manter a mesma atitude plácida e imperturbável fosse qual fosse a situação em que se encontrasse. Teria ainda de manter a correção de linguagem e demonstrar obediência, respeito e submissão em relação aos patrões.

Para justificar e aguentar serenamente o trabalho excessivo, a obediência e os sofrimentos das criadas usam-se alguns exemplos de santos, como o de Santa Zita, Santa Bernardete, Santa Marta, Maria e até Deus, e pede-se às

---

<sup>144</sup> Jornal nº 113 de julho de 1943, p.3.

<sup>145</sup> Jornal nº 114 de agosto de 1943, p.3.

<sup>146</sup> Jornal nº 121 de março de 1944, p.4.

criadas que aceitem, sofram e perdoem tudo por amor a Jesus Cristo e pela salvação da sua alma:

“ Devemos aceitar com paciência os trabalhos de cada dia, as humilhações, os desprezos, os insultos que nos batam à porta, tudo o que nos faça sofrer, oferecendo-os à justiça divina pelos ultrajes que os pecadores Lhe fazem”<sup>147</sup>.

“ Se Deus que é Pai e o mais terno e solícito dos pais, permite certos acontecimentos que nos torturam e nos fazem sofrer, é tão somente para o nosso proveito e utilidade espirituais. Os sofrimentos purificam e elevam as almas para Deus; tornam-nos mais semelhantes a Jesus Cristo que foi o Homem da dor; e, suportados com resignação cristã, enriquecem-nos de merecimentos para o céu”<sup>148</sup>.

Ainda com o mesmo intuito lembram às criadas que “(...) os patrões ocupam na família o lugar de Cristo”<sup>149</sup> e por essa razão elas deverão trabalhar “com alegria, com sujeição e sem revolta”<sup>150</sup> como se servissem e obedecessem ao Senhor: “obedecer-lhes é obedecer ao mesmo Jesus Cristo”<sup>151</sup>.

Verifica-se, através desta obediência, a submissão hierárquica da criada à elite.

Ser criada representava deixar de ter sentimentos e vontade própria, implicava total obediência no cumprimento da vontade do outro, sem questionar as ordens dadas. Remete-se, assim, a criada ao lugar que Lhe compete.

---

<sup>147</sup> Jornal nº 110 de abril de 1943, p.1.

<sup>148</sup> Jornal nº 126, de agosto de 1944. p.1.

<sup>149</sup> Jornal nº 113 de junho de 1943, p.2.

<sup>150</sup> Idem

<sup>151</sup> Jornal nº 113 de julho de 1943, p.3.

## 9 - Relações pessoais

A vida das criadas era apenas servir. Longe da sua família e dispondo de pouquíssimo tempo para o descanso e lazer, praticamente não existia lugar para a vida pessoal. Ao longo da análise efetuada as referências à vida da criada, fora do tempo de trabalho, restringem-se às idas à Igreja ou a reuniões da O.P.F.C.. No entanto, nas entrelinhas do que é lido, podemos adivinhar outras movimentações, pois a preocupação com as companhias e o namoro é constante. Ora, uma vez que no triângulo casa-igreja-O.P.F.C. o contacto com “estranhos” se encontra vigiado e controlado pelos patrões, associadas da obra e religiosas, resta-nos o espaço da rua, no percurso entre estas, quer nos períodos de lazer quer na altura de sair para fazer compras ou recados aos patrões. É aí que todos os perigos e tentações para a virtude se concentram. Todas as companhias e amizades exteriores a esse triângulo despertam desconfiança, daí a necessidade de avisar, advertir, controlar:

“ Tenham cuidado com as más companhias e não se deixem arrastar por elas. Olhai que parecendo que são vossas amigas, é o contrário. São vossas inimigas figadais”<sup>152</sup>.

“(…) tantas das nossas companheiras que, seduzidas pelo luxo e pela vaidade, se deixam arrastar por suas companheiras, por más conversas e às duas por três, caem na desgraça e lá ficam atoladas no lôdo!...”<sup>153</sup>

São estas companhias a principal fonte de todo o mal que possa advir às raparigas: amigas e namoros são inimigos temidos, por parte da obra e urge colocá-los no lugar que lhes é devido, longe da vida das criadas, limitando ao

---

<sup>152</sup> Jornal nº 177 de novembro de 1943, p.2.

<sup>153</sup> Jornal nº 141 de novembro de 1945, p.3.

mínimo os possíveis comportamentos desviantes a que estas as possam conduzir: “ (...) qualquer amizade oferecida espontaneamente é tão perigosa como a franca hostilidade, exatamente porque a espontaneidade em si, com a sua imprevisibilidade, é o maior de todos os obstáculos para o domínio total do homem” (Arendt, ,p.556).

### 9.1. Namoro e casamento

Com base no modelo de castidade de Maria, mãe de Jesus, o jornal faz a apologia da “pureza” nas mulheres:

“(...) Quando Deus quis escolher a mulher que havia de ser mãe do seu divino Filho - Jesus – (...) escolheu uma donzela virgem e pura, isenta de pecado e cheia de graça: - Maria”<sup>154</sup>.

Assim, as criadas deveriam afastar-se de tudo o que fizesse perigar essa castidade:

“(...) procuremos guardar a castidade, evitando tudo quanto seja deshonesto – no nosso vestuário, nas conversas, nos olhares, nas ações e também nos pensamentos. Fugamos de todas as ocasiões e não nos fiemos em promessas, fingidas e maldosas (...)”<sup>155</sup>

O namoro é uma das grandes preocupações patentes no jornal, surgindo vários avisos, em diversos jornais, quanto à falsidade das intenções do sexo oposto<sup>156</sup>, face ao qual se deveriam redobrar as desconfianças e cuidados:

---

<sup>154</sup> Jornal nº 115 de setembro de 1943, p. 1.

<sup>155</sup> Idem

(...) cautela com certas raposas ou raposos de duas pernas que por aí andam; são certos figurões que, vêm com palavrinhas muito meigas e muito doces, talvez até a dizer-vos que vós sois tudo para eles (...). Convidando-vos logo para dardes uma passeiata, depois a ir ao cinema, a tomar parte num divertimento etc... (...) Não lhes aceiteis prendas para que não fiquéis presas e não façais como eles querem (...)”<sup>157</sup>.

Os passeios, o cinema, os presentes devem ser sempre recusados sob o pretexto de estes corromperem a honra e dignidade da rapariga. Mesmo os namoros que parecem inocentes devem ser questionados, procurando informações sobre o homem, que é sempre alvo de suspeita até se confirmar a sua idoneidade.

“ Falo aí com um rapaz, mas creio que isso não tem mal nenhum.

- Pois não, sendo a sério e procurando não se expor a perigo de tentações. (...) O que deve fazer é indagar bem se o rapaz é sério ou não; ver se sabe se é de cá e se conhece a família, e quais as suas qualidades”<sup>158</sup>.

Para atestar da perigosidade destes contactos com o sexo masculino, surgem exemplos de vários casos ocorridos a outras criadas:

“Mas de-repente sabe que aquele que havia de ser seu futuro marido não era digno dela. Não se importa, agradece a

---

<sup>156</sup> Laura Santos, no seu livro *Noiva, Esposa e Mãe* adverte da mesma forma as raparigas: “Cuidado raparigas com o amor proibido! Todas vocês que estão na idade de casar, que atravessam a deliciosa idade dos sonhos, devem ter cuidado em não se prenderem a quem não conheçam bem. Um homem que surge é um enigma. Decifrá-lo a tempo, eis o que se impõe à rapariga lúcida e sensata. (...) É bom que tenha sempre presente estes preciosos conselhos: não dar bom acolhimento, ou demonstrar simpatia exagerada, a um homem de que não se conheça o viver(...)”(Santos, 1958, p.21)

<sup>157</sup> Jornal nº 152 de outubro de 1946, p.3.

<sup>158</sup> Jornal nº 138 de agosto de 1945, p.3.

Nosso Senhor a graça de lhe fazer ver a indignidade do rapaz que a andava a seduzir, deixa-o imediatamente e continua a se a mesma opêfêcista que era dantes”<sup>159</sup>.

“No núcleo a que presido há uma sócia, boa, digna, e séria, que há um ano e tal namorava um rapaz. Ultimamente começou a tornar-se um tanto atrevido. A nossa companheira, porém soube sempre defender e fugir às ocasiões, e começou a insistir com ele para tratarem do casamento quanto antes. (...)o rapaz em que me fala é de facto desta freguesia e tem aqui mulher e filhos”<sup>160</sup>.

Estes casos contêm subjacente a repressão das relações sexuais pré (no caso das raparigas) e extramatrimoniais (no caso dos homens) que deveriam manter-se apenas dentro do casamento: “Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo condenação (Foucault, 1990, p.38). Apresentam, ainda, uma forte preocupação com a manutenção da estrutura familiar, dissuadindo as raparigas solteiras de se intrometerem na vida do casal, sob pena de destruírem essas uniões sagradas que, tal como Guinote afirma, comportam uma dimensão própria:“(...) os valores tradicionalmente associados ao matrimónio cristão: a sua sacramentalidade, a sua indissolubilidade, a necessária e obrigatória fidelidade recíproca, a sua natureza essencialmente espiritual, a desvalorização da união carnal, a recusa da contraceção, a defesa da fertilidade conjugal, o seu papel de alicerce basilar da edificação da sociedade, etc., etc.” (Guinote,1989, p.364). Tal união sagrada não deveria ser nunca violada.

Concretamente, para as criadas, o dia-a-dia acarretava inúmeros perigos. Na estação balnear, usualmente passada com os patrões, esses perigos eram ainda maiores, o que levava o jornal a multiplicar os alertas que se lhes faziam:

---

<sup>159</sup> Jornal nº 140 de outubro de 1945, p.3.

<sup>160</sup> Jornal nº 107, de janeiro de 1943, p.2.

“ As praias, tal como estão, são uma ocasião de perigos e de tentações para quem as frequenta se não tomarem as devidas precauções.”<sup>161</sup>

Durante os meses de julho a setembro, surgem com insistência os artigos que previnem as criadas contra os perigos a que estão sujeitas, nomeadamente os homens pouco sérios e os falsos namoros:

“Não aceiteis namôros, que, nessa altura, é raro serem sinceros e duradoiros”<sup>162</sup>

“ (...) desconfia sempre dos namoros das praias, que são traiçoeiros como as ondas do mar.”<sup>163</sup>

“Devem lembrar-se de que por lá aparecem muitos exploradores da simplicidade das raparigas, para que tenham cautela e não se exponham ao perigo”<sup>164</sup>

“O homem sabe que para saciar os seus desejos, para perpetuar a sua existência, a mulher lhe é indispensável. É preciso integrá-la na sociedade: na medida em que se submete à ordem estabelecida pelos homens, ela purifica-se da sua mácula original. (...). O Cristianismo, apesar do seu ódio à carne, respeita a virgem consagrada e a esposa casta e dócil” (Beauvoir, 2009, p.140). Dada a expressão que assumia a Igreja Católica, no Portugal de então, podemos inferir a enorme importância de que se reveste a atuação das criadas, dentro dos preceitos da moral cristã e da manutenção da castidade .

Neste sentido, o namoro devia ter como fim o casamento e a vida sexual das raparigas apenas devia iniciar-se com este. Guinote afirma: “ (...) a imagem predominantemente transmitida é a de que a sexualidade se deve manter no restrito campo do matrimónio, de uma forma ordeira, funcional e socialmente útil (como atividade profusamente procriadora para, exaltando a divina glória, permitir

---

<sup>161</sup> Jornal nº189 de novembro de 1949, p.1.

<sup>162</sup> Jornal nº 137 de junho de 1945, p.1.

<sup>163</sup> Jornal nº 138 de julho de 1945, p.3.

<sup>164</sup> Jornal nº114 de agosto de 1943, p.1.

a constituição de mais famílias cristãs)” (Guinote, 1989, p. 367). Assim, o homem deveria respeitar a rapariga, que casaria virgem. Tudo o que se afastasse dessa norma era considerado como um logro para a rapariga e condenado pela O.P.F.C. que o considerava como mau comportamento da criada, o que esta devia evitar a todo o custo.

As criadas aspiravam a casar, como a generalidade das mulheres, dessa época. Quando tudo corria dentro do esperado e o namoro seguia o seu curso até ao casamento e verificava-se a mesma lógica que para qualquer outra mulher: a partir do momento em que casavam deixavam de trabalhar, para cuidar do seu lar.

### **9.1.1- O vestuário**

Para evitar perigos contra a “pureza” e “castidade, as criadas são aconselhadas, pela obra, a cobrir o corpo com vestuário adequado “(...) inspirar desejo a um estranho já é estar em falta com o marido e com a sociedade.” (Beauvoir, 2009, p.313).

“(...)devemos respeitar nosso corpo como templo de Deus trazendo-o sempre bem coberto e não o expondo a olhares pecaminosos”<sup>165</sup>.

“ As criadas cristãs podem e devem vestir com elegância de harmonia com a categoria da casa que servem, andar sempre bem limpas e asseadas, com os seus vestidos bem arranjadinhos, mostrando a todas com o seu exemplo, que a modéstia se alia perfeitamente à elegância no vestir”<sup>166</sup>.

---

<sup>165</sup> Jornal nº 113 de julho de 1943, p.1

<sup>166</sup> Idem, p.3.



Eram consideradas reprováveis todas as peças de vestuário que revelassem as formas do corpo feminino, mostrassem a pele da mulher ou fossem consideradas luxuosas pela obra:

“Uma rapariga cristã não deve usar vestidos transparentes e muito justos; a manga deve chegar pelo menos até ao cotovelo, e a saia não deve ser dessas que batem à ponta do joelho”<sup>167</sup>.

“ É uma vergonha andar com os braços e as canelas nuas, ou – o que vem a dar no mesmo – cobertas de uma coisa transparente (...)”<sup>168</sup>.

“Não deixes, por um falso pretexto de economia, de usar as tuas meias”<sup>169</sup>.

“ As roupas, tanto exteriores como interiores, bem modestas (...)”<sup>170</sup>.

Sugere-se também que o cabelo seja apanhado, penteado de forma simples, haja total ausência de maquilhagem, considerando-se mau tudo o que é artifício:

“(...) trazer um penteado simples que dure todo o dia bem arranjado.

Evitai trazer as cabeleiras caídas pelas costas abaixo, coisa repugnante à vista e imprópria da vossa profissão (...)

Penteai-vos bem e com gosto e para isso não é preciso fazer permanentes, que são só prejudiciais, nem ir ao cabeleireiro”<sup>171</sup>.

---

<sup>167</sup> Jornal nº 115 de setembro de 1943, p.2.

<sup>168</sup> Jornal nº176 de outubro de 1948, p. 3.

<sup>169</sup> Jornal nº 113 de julho de 1943, p.3.

<sup>170</sup> Jornal nº195 de maio de 1958, p.3..

<sup>171</sup> Jornal nº115 de setembro de 1943, p.2.

Repudia-se também qualquer modificação estética na aparência das criadas, da seguinte forma:

“É fingida e mentirosa aquela que tem cabelo preto e aparece com ele louro; que tem cabelo liso e o apresenta encarapinhado.

É fingida e mentirosa aquela que é pálida ou morena e aparece rosada e vermelha.

É fingida e mentirosa aquela que tem as unhas da cor natural e as apresenta em brasa ou vermelho escuro, como se tivessem levado grande pancada ou entaladela”<sup>172</sup>.

Apela-se a que não liguem às modas e ao que fazem as outras pessoas, nomeadamente as patroas:

“(...) três os motivos de haver pobres em tão grande escala. São eles a preguiça, o luxo e o vício. (...) e nós, as criadas, temos muitas vezes a tentação de imitar aquelas que são senhoras e podem”<sup>173</sup>

“ Companheiras, não olhemos para ninguém, não nos importemos como outras andem (...) não nos importemos que digam que andamos fora de moda. (...) Moda!!...a Moda!!!... que arrasta tantas almas à impureza e à degradação moral...”<sup>174</sup>.

Imitar as senhoras era um ato condenável, uma vez que a aparência diluía as hierarquias, pelo menos perante o olhar do outro. Inês Brasão afirma que “ Para a M.P.F.<sup>175</sup> o corpo tem de transportar a história do individuo de forma não dissimulada. (...) O corpo deve ser na linguagem desta organização, um instrumento de transmissão de verdade.” (1999, p.58) Encontramos esta mesma

---

<sup>172</sup> Jornal nº 169 de maio de 1948, p.3.

<sup>173</sup> Jornal nº 126 agosto de 1994, p.3.

<sup>174</sup> Jornal nº 154 de dezembro de 1946, p.1.

preocupação na Igreja Católica, uma vez mais em uníssono com o Regime Salazarista. Nada podia ser dúbio ou enganador, a condição de criada não poderia jamais ser confundida com o estatuto dos patrões, não seria lícito anular essa hierarquia que devia ser respeitada acima de tudo.

Nas praias<sup>176</sup> aconselham também a mesma modéstia, insurgindo-se contra os fatos de banho e a presença simultânea de homens e mulheres no mesmo lugar como um ato de total falta de decoro:

“(…) os banhos de sol, sobre a areia, em comum e em trajes que, só por convenção, se podem chamar resguardos da nudez, são o naufrágio da modéstia cristã e a sepultura das virtudes”<sup>177</sup>.

A este respeito a O.P.F.C. promoveu a “Cruzada da modéstia cristã”, na qual as criadas se comprometiam a vestir de forma modesta a OMEM lançou uma campanha de moralização das praias e chegou mesmo a instituir um fato de banho regulamentar.

Paralelamente, usa-se como argumento o casamento e a ideia de os rapazes preferirem casar com raparigas modestas, para levar as criadas a seguir estes preceitos:

“Convence-te que é mais fácil casar-se uma rapariga socegada e modesta do que tantas vezes outras que parecem uns manequins de montra. Rapazes ricos não casam com elas e pobres também não, porque vêm que não podem manter o luxo em que elas andam.”<sup>178</sup>

---

<sup>175</sup> Mocidade Portuguesa Feminina

<sup>176</sup> A este respeito a O.P.F.C. promoveu a “Cruzada da modéstia cristã”, na qual as criadas se comprometiam a vestir de forma modesta a OMEM lançou uma campanha de moralização das praias e instituiu um fato de banho regulamentar

<sup>177</sup> Jornal nº 181 de março de 1949, p. 1.

<sup>178</sup> Jornal nº 146 abril de 1946, p.3.

Também o comunismo e a maçonaria são apontados como fonte dos comportamentos indesejáveis, por parte das criadas. A propósito da moda do uso de vestuário das criadas, podemos ler:

“ A maçonaria e o comunismo não cessam de fazer a propaganda da imodéstia feminina”<sup>179</sup>.

Todas as influências externas ou modernizadoras são consideradas potencialmente perigosas, por colocarem em causa a ordem social, criando pretensões de independência nas mulheres que se deviam limitar ao lar e à igreja.

Tudo é controlado no vestuário, desde a roupa interior à exterior, desde os penteados ao uso de maquilhagem. Tudo constitui um possível atentado contra o pudor que urge evitar. Mais uma vez, assistimos à tentativa de controlo absoluto das criadas, neste caso, dirigido ao vestuário, que se afunila até chegar à roupa interior. Sousa afirma que a roupa das criadas funciona como um hábito de forma a esconder o corpo do mundo<sup>180</sup>, ou seja pretende-se suprimir o corpo das criadas e a eventual fonte de prazer, transformando-o apenas numa pura máquina de trabalho, criada, tal como Foucault refere, a partir de uma coerção ininterrupta que mantém o corpo ao nível da mecânica (2011, p.132-133).

### **9.1.2 – Divertimentos**

A O.P.F.C. entende que a mulher nasce sempre predisposta para o mal e por esse motivo deve afastar-se de tudo o que possa despertar essa tendência natural:

---

<sup>179</sup> Jornal nº159 de maio de 1947, p. 2.

<sup>180</sup> Sousa, 2000, P. 76.

“A nossa fraqueza é muito grande, a nossa inclinação para o mal é constante e por isso caímos tantas vezes em misérias, ainda mesmo quando fugimos. O que será então quando nos expomos ao perigo e metemos na boca do lobo. (...)”<sup>181</sup>

Baptista afirma: (...) a ideia difundida pela moral cristã de que o homem é sempre um potencial pecador, sendo por isso preciso trabalhar na salvação das almas (...)” (Baptista, 1989, p.358). Esta ideia de mulher que encarna o mal, segundo Beauvoir, pode também ser encontrada em diversas leis e religiões, uma vez que estas são redigidas por homens, oriundos de sociedades patriarcais, que conferem à mulher uma situação subordinada, apelidando-a de: “passividade”, “diversidade”, “matéria”, “desordem”, “imbecilidade” ou mesmo “porta do Diabo”. (2009,p.139).

Os divertimentos constituem uma preocupação constante para a obra, procurando dissuadir as criadas de os frequentarem por se considerarem lugares “indecorosos”<sup>182</sup> e passíveis de corromper a honra das mulheres. Baptista refere: “Contra este desafio de um mundo moderno em profunda alteração é apresentada como solução o recurso ao ideal cristão, à fé, à tradição, já então socialmente criticados, em particular nos meios sociais onde as ideologias políticas ou as práticas absentistas (em face à religião) são mesmo dominantes. Se assim não fosse, seria difícil de explicar todo um conjunto de medidas de incentivo a certas práticas ou a repressão de outras, identificadas como forma de degeneração dos «costumes públicos», que incluem, por exemplo, desde os beijos em público dos namorados e mesmo dos casados até à severa crítica da frequência de cinemas e teatros como potenciadores da generalização das práticas «pecaminosas».”(Baptista,1989, p. 359)

O facto de os divertimentos serem considerados prejudiciais, por induzirem ao pecado, leva o jornal a escrever diversos conselhos para que tais

---

<sup>181</sup> Jornal nº 133, p.1

<sup>182</sup> Idem.

atividades e locais não sejam frequentados. Tanto os bailes como o cinema são lugares a evitar:

“Devem ser modestas, fugir do cinema, bailes e de todos os divertimentos mundanos”<sup>183</sup>.

“Não deve ir aos bailes, porque estragam a saúde do corpo e da alma; não deve assistir a espetáculos sem saber se são morais e instrutivos”<sup>184</sup>.

“Qualquer de nós vai ao cinema ou teatro e vendo filmes deshonestos e imorais, dá sempre consentimento a maus pensamentos e tentações contra a castidade.

É uma ocasião próxima de pecado.

Vai-se a um baile e sucede-lhe a mesma coisa?

É uma ocasião.

Vai a certas casas ou lugares, encontra-se com determinadas pessoas e em determinadas circunstâncias; sempre que isso se dá, cai em tentações e pecados, é uma ocasião próxima do pecado”<sup>185</sup>.

Apesar de a maior parte das criadas não saber ler, também as más leituras são desaconselhadas, aconselhando-se as que se julgam adequadas:

“(…) o homem muitas vezes pelo jornal que lê perde a sua liberdade para aceitar as ideias que andam em voga. Por isso demos-lhe o evangelho, atiremos-lhe com um bom jornal.”<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> Jornal nº114 de agosto de 1943, p. 1.

<sup>184</sup> Idem

<sup>185</sup> Jornal nº138 de agosto de 1945, p. 1.

<sup>186</sup> Jornal nº193 de março de 1950, p. 1.

“ Se sabeis ler aproveitai também o tempo para ler um livro bom, como seja A Imitação de Cristo, Prática de Amar a Jesus Cristo, etc.”<sup>187</sup>

Para além das leituras aqui expostas, a obra propôs-se editar e difundir literatura adequada<sup>188</sup>, o jornal refere algumas dessas publicações: Manual da Criada Cristã, Almanaque de Santa Zita, Vida de Santa Zita..., todas elas de temática religiosa.

Propõe ainda, para as raparigas que são novas e necessitam de se divertir “um recreio lícito e honesto”<sup>189</sup> e aponta algumas formas de divertimento aceitáveis, uma vez que como a própria obra afirma “é mais fácil substituir do que proibir”<sup>190</sup>. Trata-se novamente do controlo sobre as criadas, de disciplinar os seus atos, mantê-las sob a vigilância da Obra. Sugere-se às “chefes de dezena” que tornem as reuniões alegres e se divirtam com as raparigas:

“ Divirtam-se umas com as outras na sede da Associação; preparem quaisquer divertimentos que lhes faça passar o tempo de que podem dispor com maior alegria (...)”<sup>191</sup>

“As Dirigentes e Chefes de Dezena devem tornar essas horas alegres (...) reservando uma parte para os divertimentos honestos e próprios da sua idade. A rapariga alegre - são de alegria - ou já é boa ou facilmente se torna boa. A tristeza é sempre má conselheira”<sup>192</sup>.

Desta forma, propõem-se jogos e atividades inócuos para que as associadas possam divertir-se sem ter necessidade de procurar outras diversões

---

<sup>187</sup> Jornal nº 143 de janeiro de 1946, p. 2.

<sup>188</sup> Jornal nº 105 de novembro de 1942, p. 3.

<sup>189</sup> Jornal nº 111 de maio de 1943, p. 3.

<sup>190</sup> Idem

<sup>191</sup> Jornal nº132, p. 3.

<sup>192</sup> Jornal nº 131 de janeiro de 1945, p.2.

atentatórias à moral e ao pudor, disciplinando-se também o lazer. No jornal podemos ler algumas referências a este tipo de passatempos:

“ (...) nos intervalos e fins das aulas, jogos recreativos, predominando os provincianos, para que as criadas de Lisboa, se não esqueçam das suas terras, com os seus costumes.”<sup>193</sup>

“ (...) temos os nossos recreios: jogos de roda, cânticos e diversões variadas”<sup>194</sup>.

As diversões podiam passar por outras atividades, como poderemos ver de seguida, mas estas incluíam sempre as colegas pertencentes à O.P.F.C..

“ – Tivemos o prazer de dar na nossa séde o pequeno almoço às nossas companheiras (...)”

“ A seguir tivemos um chá ao ar livre”<sup>195</sup>.

“ (...) fizémos uma récita, a qual constava de algumas comédias, poesias e bailados (...)”<sup>196</sup>

“ (...) tivemos uma sessão cinematográfica, seguida de um belo e animado magusto”<sup>197</sup>.

As diversões referidas podiam ainda ser seguidas por atividades de cariz religioso, ou simplesmente constar apenas destas últimas, por ser na oração e no cumprimento dos deveres com Deus que residia a verdadeira felicidade e não nos passatempos mundanos<sup>198</sup>:

- Às três horas da tarde fômos dar um passeio até à quinta do Esquerdo, aonde tirámos algumas fotografias e depois dirigimo-

---

<sup>193</sup> Jornal nº145 de março de 1946, p.4.

<sup>194</sup> Jornal nº136 de junho de 1945, p. 3.

<sup>195</sup> Jornal nº 112 de junho de 1943, p.4.

<sup>196</sup> Jornal nº111 de maio de 1943, p. 4.

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> Jornal nº 104 de outubro de 1942, p.1.



nos tôdas à igreja, onde rezámos o terço e nos foi dada a bênção do Santíssimo. Foi um dia cheio de alegria”<sup>199</sup>

“ (...) À hora dos bailes, se puderes vai à igreja rezar por aquelas que lá andam...”<sup>200</sup>

A O.P.F.C. serve-se, mais uma vez, do exemplo religioso de Maria para instigar as criadas a terem os comportamentos estabelecidos pela obra, referindo-se a esses comportamentos por antítese:

“Não passou pelo mundo ostentando luxos provocadores, não brilhou nos salões opulentos, colhendo o perfume intoxicante de mentidos galanteios, não volitou, qual entontecida mariposa, de prazer em prazer, não vergou às imposições de um mundo tirânico, não deleitou o espírito em perigosas leituras, não se deixou seduzir pelas scintilações do ouro e das jóias, não correu atrás dos próprios caprichos, fazendo táboa raza da lei de Deus e das ordens dos seus superiores, não, não foi por estes caminhos, por onde vemos enveredar loucamente a turba imensa dos mundanos, que a Virgem passou sobre a terra.”<sup>201</sup>

Apela, assim, ao dever da modéstia, afastando-se do mundo de ostentação e imoralidade, ao qual o comunismo e a maçonaria não se cansam de fazer propaganda<sup>202</sup>.

---

<sup>199</sup> Jornal nº 124 de junho de 1944, p.4,

<sup>200</sup> Jornal nº126 de agosto de 1944, p.3.

<sup>201</sup> Jornal nº112 de junho de 1943, p.1.

<sup>202</sup> Jornal nº159 de maio de 1947, p.2.



## 10- Considerações finais

Ao longo deste trabalho foram-se apresentando algumas reflexões, que urge agora sistematizar, enfatizando alguns pontos que parecem mais relevantes para os objetivos estabelecidos.

Como constatámos, o jornal “*A Voz das Criadas*” é um órgão da O.P.F.C. e toda a sua atividade é direcionada no sentido de propagar a obra e os seus ideais cristãos.

Ao longo da análise efetuada aos jornais, deparamo-nos com um mundo hermético, fechado sobre si mesmo e que apenas em raras ocasiões abre uma pequeníssima fresta para o que acontece no seu exterior. Como prova desse enclausuramento, basta refletirmos na informação contida no jornal sobre um acontecimento tão incontornável como a II Guerra Mundial (1939 - 1945). As referências resumem-se essencialmente ao pedido de oração pela paz ou de agradecimento pela ausência de guerra em Portugal e a dois pequenos avisos acerca do racionamento do pão. A não ser por estas breves alusões, dir-se-ia que esse conflito bélico nunca acontecera.

Acidentalmente, uma vez que se trata de um artigo transcrito do jornal “*Novidades*”, refere-se a realidade nacional, diz-se que as criadas de servir e as suas características diferem de outros países onde estas já desapareceram. De resto, de nacional, apenas encontramos o nome Salazar, relacionado a um pedido que uma criada queria fazer-lhe a fim de conseguir uma Casa de Santa Zita maior para Lisboa. Mesmo estas curtas alusões estão relacionadas com a dinâmica da instituição (oração, condição, rotina de trabalho das criadas e necessidades da obra).

O anonimato dos artigos permite à O.P.F.C. veicular a ideologia da obra, cujo conteúdo se prende sempre com os valores da moral cristã, valores únicos conducentes à manutenção da ordem social, pelo respeito pela hierarquia, conformismo, obediência, humildade, caridade e pobreza alegre. Para tal usa um discurso simples, recorrendo frequentemente a uma espécie de pedagogia pelo

exemplo e em forma de diálogo, de maneira a tornar acessível às criadas o discurso teológico da Igreja Católica.

Na esmagadora maioria dos artigos do jornal encontram-se expressões como “nós as criadas”, “a nossa classe”, “devemos”, “acreditamos”... como se estes fossem pensados e escritos por uma criada. No entanto, a forma cuidada com que foram redigidos levam-nos a interrogar se efetivamente terão sido escritos por criadas, maioritariamente analfabetas. A voz que se ouve é outra, trata-se da voz da igreja católica que se serve desse artifício de retórica como mecanismo de identificação com esta classe. Pretendendo catequizar as criadas, fala como se a essa classe pertencesse, não nos deixando dúvida da intenção pedagógica que lhe está subjacente. A voz das criadas nunca se faz ouvir no jornal. As suas questões, as suas opiniões, as suas dúvidas, os seus desejos e anseios são camuflados sob uma panóplia de instrumentos destinados à orientação espiritual e profissional das criadas e à propaganda da Obra. A voz das criadas apenas pode ser subentendida nas entrelinhas do discurso da Igreja Católica. São esses silêncios que nos contam a história do que não é dito.

O confinar da mulher ao lar e às tarefas domésticas também se verifica nas criadas, espécie de substitutas das patroas porque auferem um salário, mas cujas funções de mães, educadoras e enfermeiras as deixam a um passo de ser verdadeiras “donas de casa”, dado que lhes falta o papel de esposa, papel esse a que aspiram como qualquer das suas contemporâneas.

Nesta condição especial, longe da família de origem e da alçada parental, em que a criada de servir não tem um lugar definido e encontra uma espécie de libertação por não ter de depender da tutela masculina, a OPFC procura a todo o custo encontrar-lhe um estatuto de “filha adotiva” da família que serve, para a colocar na dependência desta. Para tal, cria-lhe um código de comportamentos de acordo com a moral cristã, que servem simultaneamente o propósito de aceitar a autoridade dos patrões e controlar os possíveis comportamentos desviantes que esta possa ter.

Vivendo no local de trabalho, as criadas deixam de estar sob a alçada paterna e passam para a tutela dos senhores. Nesta situação particular e perante a ausência de contrato, capacidade reivindicativa ou alternativas profissionais,

pressupõe-se da parte das criadas a total aceitação das condições laborais, ficando, frequentemente, sujeitas a um horário ilimitado, ausência de férias, pouco salário, quando este existe, e sobrecarga de trabalho. A ausência de habitação própria, de recursos financeiros e a falta de assistência social, coloca-as numa situação de permanente vulnerabilidade em caso de desemprego ou doença.

A O.P.F.C. surge como alternativa à falta de apoio estatal, propondo-se a formar moral e profissionalmente as criadas, a prestar-lhes apoio e assistência. Apregoando um ideal de santidade, que tudo comporta e tudo justifica, assistimos à ingerência da Igreja na vida pública e privada das raparigas. Esta intromissão visa a submissão total das criadas à vontade dos patrões, da Igreja Católica e do Estado. A O.P.F.C. empenha-se ainda no combate às más influências oriundas dos momentos de ócio e lazer, votando as criadas a uma anulação total da sua vontade em nome da vontade de Deus. Através de uma complexa teia de mecanismos de controlo e submissão, à Igreja Católica: “ Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar” ( Foucault, 2001, p. 188), Em última instância, procurar o domínio e a submissão absoluta, das criadas, a cada momento e em cada esfera da sua vida.

Não houve a pretensão de esgotar aqui esta temática. Pretendeu-se apenas dar um modesto contributo, ainda que parcelar, para a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres no Estado Novo, mais propriamente aquelas cuja profissão era o trabalho doméstico. Outras fontes merecerão uma análise mais atenta, como outra imprensa publicada na época, os manuais de etiqueta, legislação, literatura ou mesmo entrevistas.

Mais investigação será necessária para determinar com maior rigor e pormenor as categorias, conceitos e mecanismos ideológicos concretos pelos quais todo um programa de ação procurou dominar e disciplinar os corpos e as vontades das criadas integrando-os num aparelho ideológico de domínio mais vasto.



## BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, Hannah, *O sistema totalitário*; D. Quixote; Lisboa, 1978
- ALÃO, Ana Paula, “As práticas afectivas”; in *Portugal Contemporâneo, 1926-1958: Ascensão e Consolidação do Estado Novo, a Ordem Económica e Social Entre o Desenvolvimento e a estagnação*; Alfa; Lisboa; 1989, p.377 a 383
- BAPTISTA, Luís Vicente, «Os discursos moralizadores sobre a família»; in *Portugal Contemporâneo, 1926-1958: Ascensão e Consolidação do Estado Novo, a Ordem Económica e Social Entre o Desenvolvimento e a estagnação*; Alfa; Lisboa; 1989, p.353 a 357
- BEAUVOIR, Simone de, *O segundo Sexo I*; Quetzal Editores; Lisboa, 2009
- BRASÃO, Inês, *O Tempo das Criadas*; Tinta da China; Lisboa, 2012
- BRASÃO, Inês, *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*; Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; Lisboa, 1999
- CRUZ, Manuel Braga, *O Estado Novo e a Igreja Católica*; Bizâncio; Lisboa, 1999
- ECK, Hélène, «As mulheres francesas sob o regime de Vichy» in *História das mulheres no Ocidente*; vol.v; Edições Afrontamento; Porto, 1991, p.243 a 278
- ENGELS, Friedrich, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; Presença; Lisboa, 1975.
- FERRO, António, *Salazar: O Homem e a sua obra*; Empresa Nacional de Publicidade; Lisboa, 1933

- FEIJÓ, Rui Graça e João Pina Cabral; «*Do ultimatum à morte de Amália: notas sobre a sociedade e identidade portuguesas no séc.XX*» in *Panorama da cultura portuguesa*, Vol.I, Ed. Afrontamento, Porto, 2001, p. 61 a 80

- FOUCAULT, Michael, *Vigiar e punir*, Editora vozes; Petrópolis, 2011

- FOUCAULT, Michael, *História da sexualidade 1: a vontade de saber*; Graal; Rio de Janeiro, 1990

GONZALEZ, Maria do Pilar, “mercado de trabalho” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VIII; Figueirinhas; Porto; 1999, p.453-454

- GRAHAM, Sandra Lauderdale; *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910*; Companhia das letras; São Paulo, 1992, p.41

- GUINOTE, Paulo; «Os quotidianos femininos (1900-1935)», in *Estudos sobre as mulheres em Portugal, Cadernos condição feminina Nº38*, Ed. Comissão para a igualdade e direitos das mulheres, 1993, Lisboa p. 291 a 297

- GUINOTE, Paulo; «A vitória do conservadorismo puritano na literatura de educação sexual e formação conjugal»; in *Portugal Contemporâneo, 1926-1958: Ascensão e Consolidação do Estado Novo, a Ordem Económica e Social Entre o Desenvolvimento e a estagnação*; Alfa; Lisboa; 1989, p.361 a 378

- LAGRAVE, Rose-Marie, «Uma emancipação sob tutela; Educação e trabalho das mulheres no séc. xx»; in *História das Mulheres no Ocidente*; vol.v; Edições Afrontamento; Porto; 1991 p. 505 a 543

- LOPES, Laura, *A mulher a família e a Lei*; Seara Nova; Lisboa; 1977

- MARTINS, Moisés de Lemos; *O Olho de Deus no discurso Salazarista*; Edições Afrontamento; Porto; 1990



- MELO, Francisco Manuel de; *Carta de Guia de Casados*; por Daniel Neto Rocha; Edição Semidiplomática; CELGA; Universidade de Coimbra; 2007, in: <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/05cartadeguiadecasados> acedido a 21-3-11
  
- MERSSCHAERT, Lieve; «Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal» in *Análise Social Vol.XXII*; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, p. 633 a 642
  
- MÓNICA, Maria Filomena; *Cenas da Vida Portuguesa*; Quetzal; Lisboa; 1999
  
- MUEL-DREYFUS, Francine, « Le féminin sous Vichy: une catégorie « apolitique» au service de la politique », in *Les femmes dans les années quarente: juives et non juives, souffrances et résistances* (direção Jacques Fijalkow) ; Les Éditions de Paris : Paris ; 2004, p.51 a 62
  
- Ô, Jorge Ramos do; *Os anos de Ferro e o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949*; Editorial Estampa; Lisboa; 1999
  
- PAZ, - Olegário; *Empregadas Domésticas, Mulheres Luta: Para a História do Serviço Doméstico em Portugal, Das Origens do Facismo*; Ed. Base; Lisboa, 1987
  
- PERROT, Michelle ; «Pouvoir des Hommes, puissance des Femmes? L'exemple du XIXe siècle», in *Les Femmes ou les silences de L'histoire*; Flammarion; Paris ; 1998 p.213 a 225
  
- PIMENTEL, Irene Flunser; “As mulheres no Estado Novo e as organizações femininas estatais”; in *As Mulheres e o Estado*; org. Anne Cova e Maria Beatriz Nizza da Silva; Universidade Aberta; Lisboa; 1999, p.63 a 90

- PIMENTEL, Irene Flunser; *História das Organizações Femininas do Estado Novo*; Círculo de Leitores; 2000
  
- PIMENTEL, Irene Flunser; “O aperfeiçoamento da raça”, in *Revista História nº 3*, Nova Série, junho 1998, Dir. Fernando Rosas; p. 18 a 26
  
- PIMENTEL, Irene Flunser; “Marginal e importado”, in *Revista História nº 15*, Nova Série, junho 1999; Dir. Fernando Rosas; p. 42 a 53
  
- PINTO, Maria Luís Rocha e Teresa Rodrigues “ Migrações internas” in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Círculo de Leitores, 1996, Dir. Fernando Rosas p. 561-565
  
- QUEIROZ, Eça de; *O Primo Bazílio*; Ed. Livros do Brasil; Lisboa; 1950
  
- REZOLA, Maria Inácia; “As «artes de ser católico português»” in *Revista História nº 14*, Nova Série, junho 1999; Dir. Fernando Rosas; p. 50 a 58
  
- ROSAS, Fernando; Economia de Guerra (1939-1945), in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I; p.280 a 284
  
- SANTO, Espírito Sílvia; *Cecília Súpico Pinto*; A Esfera dos Livros; Lisboa; 2008
  
- SANTOS, Laura; *Noiva, Esposa e Mãe*, Editorial Laves, Lisboa, 1958, 2ª edição
  
- SANTOS, Paula Borges; “Assinatura do Acordo Missionário” in *Revista História nº 17*, Nova Série, junho 1999; Dir. Fernando Rosas; p. 42 a 49

- SOUSA, António Ferreira de, «A Obra de Proteção das raparigas e a educação das criadas de servir, 1914-1945»; in *Faces de Eva nº 15*; Colibri; Lisboa; 2006; p.59 a 82
  
- SOUSA, António Ferreira de, «A voz das criadas»; in *Faces de Eva nº 4*; Colibri; Lisboa; 2000; p.55 a 69
  
- SILVA, Manuela; “Crescimento Económico e Pobreza em Portugal” in *Análise Social* , 18; Cáritas; Lisboa, 1984; p. 72 a 74
  
- Sohn, Anne-Marie; “Entre duas guerras. Os papéis femininos em França e na Inglaterra”; in *História das mulheres no ocidente*, Afrontamento, 1991, Porto, vol. V, p.115 a 138
  
- ZORRO, António Maria; *Carneiro Pacheco, o homem e a obra: Um homem de fé e o pensamento da revolução nacional*; Lisboa; Edições Panorama (cadernos do quadragésimo ano); 1996
  
- *VIII Recenseamento geral da população portuguesa no continente e nas ilhas adjacentes*, Vol. I, Imprensa Nacional; Lisboa; 1945; p.19, in [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1940](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1940) acedido a 13 janeiro 2012

ANEXOS

(Anexo 1)



Cabeçalho do jornal "Voz das Criadas"

|   |   |
|---|---|
| <p><b>A O. P. F. C. em Lisboa</b></p> <p><b>Escola Doméstica</b></p> <p>A Escola Profissional e Doméstica vai abrir no próximo dia 3 de Novembro.</p> <p>Reina grande entusiasmo e tudo faz esperar que o movimento do corrente ano lectivo, será muito superior ao do ano passado.</p> <p>As mesmas aulas vão ser mais práticas, porque, como diz o ditado, <i>cada hora Deus melhora.</i></p> <p><b>PROGRAMA</b></p> <p><b>1.º Serviço de roupas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Consertos:—remendar, passajar e cerzir;</li><li>b) Transformações de roupas usadas e aproveitamento das inutilizadas;</li><li>c) Limpezas, engomar e bordinir;</li><li>d) Confecção de roupas novas (corte e costura).</li></ul> <p><b>2.º Serviço de quartos</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Limpezas diárias ou pequenas limpezas;</li><li>b) Limpezas extraordinárias ou grandes limpezas;</li><li>c) Limpezas e conservação de móveis (encerados, envernizados, esmaltados);</li><li>d) Limpezas de paredes (pintados, caiados ou forradas) de tectos, roda-pés, janelas, portas e respectivas guarnições;</li><li>e) Limpeza e conservação de tapêtes, cobertores, mármore, pratos, cristais, espelhos, caixilhos, etc. etc.</li></ul> <p><b>3.º Serviço de mesa</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Pôr, adornar e servir à mesa em jantares ou chás de cerimónia, de família ou intimidade;</li><li>b) Limpeza e conservação de talheres, pratos, vidros, cristais, etc.</li><li>c) Engomar toalhas e guardanapos.</li></ul> | <p><b>4.º Serviço de cozinha</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Cozinha vulgar;</li><li>b) Alta cozinha:—Confecção e apresentação de pratos, doces, tortas, saladas, etc.</li><li>c) Cuidados e limpezas do fogão e do trém de cozinha;</li><li>d) Confecção de ementas, de forma que os componentes da refeição forneçam ao organismo as calorias e vitaminas precisas.</li></ul> <p><b>5.º Puericultura</b></p> <p>Cuidados físicos e morais que é preciso ter com as crianças.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) O banho—O vestuário—a pápa—o biberão—a chupêta—o bêrço, etc.</li><li>b) As precauções a tomar para que a criança não veja o que não deve ver, nem adquira maus hábitos.</li><li>c) Outros cuidados.</li></ul> <p><b>6.º Enfermagem</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Noções genéricas de enfermagem;</li><li>b) Como se faz um penso;</li><li>c) Como se faz uma desinfecção vulgar, etc,</li></ul> |
|---|---|

